



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 26 DE NOVEMBRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a presença deste Vereador, Paulo Fiorilo, Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, e a do Vereador Milton Leite, Relator do PL 538/15, declaro abertos os trabalhos da trigésima sétima audiência pública do ano de 2015, segunda geral sobre o PL 538/15, que trata do Orçamento 2016.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, link Auditórios *On-Line*. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no www.camara.sp.gov.br, link Atividade Legislativa – Audiência Pública – Registro Escrito.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas na secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência pública: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a SP Urbanismo, cujo Secretário, Sr. Fernando de Mello Franco, já presente, chamo para compor a Mesa; o Tribunal de Contas do Município, que não confirmou a participação de seus Conselheiros; a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que será representada pelo Secretário, Sr. Rogério Ceron de Oliveira, acompanhado dos Srs. Luís Felipe Vidal Aurellano, Subsecretário do Tesouro Municipal - Sutem, e Alex Vicentini Lelis, Coordenador de Planejamento - Coplan.

Lembro que esta audiência com a Secretaria de Finanças é a segunda audiência obrigatória sobre o PL antes da apresentação do relatório da votação em Comissão e em Plenário.

Passo a presidência ao Vereador José Police Neto, Presidente oficial desta Comissão, para que dê início aos trabalhos.

- Assume a presidência dos trabalhos o Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Após o Vice-Presidente ter feito a abertura dos trabalhos, agradeço a presença aos Secretários e a todos que nos acompanham.

Hoje teremos a última rotina das nossas audiências. Recebemos hoje a importante presença dos representantes das Pastas de Desenvolvimento Urbano e da SP Urbanismo e, da mesma forma, receberemos depois os representantes do Tribunal de Contas e, após, teremos audiência pública com a Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que acabará por coroar todo o processo de debate público da matéria apresentada pelo Sr. Prefeito a esta Casa.

Para explicar de uma maneira muito simples a nossa rotina, primeiramente abriremos a palavra, para uma breve apresentação ao Sr. Secretário, que poderá durar até 10 minutos, sobre a execução deste ano e os desafios impostos para o ano que vem.

A Secretaria Municipal de Finanças, ao fazer a abertura do orçamento, apresentou temas relevantes sobre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para o exercício de 2016, como o ingresso de recursos para investimentos com maior volume do período dos quatro anos; portanto, mostrando um desempenho muito importante tanto da Operação Urbana Faria Lima, recém-alterada por esta Casa e com leilão programado para o dia de amanhã, como para as outras Operações Urbanas assim anunciadas por ela, além da Faria Lima, a da Água Espraiada e a da Água Branca. Há também a possibilidade de uma aprovação, por parte deste Parlamento, da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, que vem tendo, por parte da Secretaria, um esforço muito grande. Quem sabe eu ainda consiga coroar uma deliberação como essa.

No entanto, o que importa no dia de hoje é ouvirmos V.Exa. e entender um pouco da dinâmica que pretende dar ao último orçamento desta primeira gestão do Prefeito Haddad. Assim, os Parlamentares e os que nos acompanham poderão fazer questionamentos a V.Exa.

Essa, portanto, é a nossa dinâmica.

Após a explanação de V.Exa., terá a palavra o Sr. Relator e os demais Srs. Vereadores.

Tem a palavra V.Exa., Secretário, para sua apresentação inicial.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Boa tarde a todos. Na figura do Vereador José Police Neto, cumprimento todos os Vereadores que compõem a Mesa.

A nossa apresentação será via *PowerPoint*. Início verbalmente, mas será mais fácil se observamos os números numa tabela, que é mais visível e facilita para entender do que se trata.

Antes de passar a palavra às pessoas efetivamente responsáveis pela gestão da Pasta das finanças tanto da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano como da Diretoria de Gestão das Operações Urbanas, localizada dentro da SP Urbanismo, faço um brevíssimo comentário a respeito do estado da arte das metas do Plano de Governo do Prefeito Fernando Haddad em relação à política urbana, isso para que nós possamos justamente entender a aplicação do orçamento demandado pela SMDU para que esse plano possa vingar.

Basicamente, nós somos responsáveis por seis metas. A primeira, a meta 120, é a Revisão do Plano Diretor, que, como todos sabem, já foi realizada e inclusive aprovada por esta Casa e sancionada pelo Sr. Prefeito. Uma segunda meta, muito importante, é a 121, a Revisão de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que também foi plenamente cumprida; o projeto de lei que nós enviamos para esta Casa está em debate e deverá ser apreciado em breve. A terceira meta é a Implantação do Sistema de Informação Geográfica, com dados abertos e livre consulta pelo público, que consta no *site* da Secretaria Municipal de Gestão como tendo 72% apenas concluída, entretanto isso é uma atualização antiga.

Daqui a dez dias, nós estaremos lançando essa plataforma chamada GeoSampa para toda a população; ela é muito importante, dentre outras coisas, justamente para que se possa oferecer informação suficiente para que a população e esta Casa tenham capacidade de acompanhar também as finanças municipais.

A quarta meta é a 123, que diz respeito ao envio a esta Casa das Operações Urbanas Mooca/Vila Carioca, a revisão da Operação Urbana Água Branca e o início dos

estudos do projeto Arco Tietê. A Operação Urbana Água Branca já foi devidamente aprovada e sancionada; a Operação Urbana Bairros do Tamanduateí será enviada a esta Casa no mês de dezembro, provavelmente no dia 10, e os estudos do Arco Tietê estão em andamento e dentro do cronograma e, paulatinamente, serão lançados elementos muito importantes na confecção desse plano, dentre eles o envio a esta Casa de um projeto de lei que diz respeito ao alinhamento viário de todo sistema estrutural do Arco Tietê.

Outra meta é a 122, Revisão dos Planos Regionais Estratégicos, cuja metodologia está sendo elaborada e, a partir do momento em que se encerrar a discussão do zoneamento, nós entraremos com esses planos para a sua construção coletiva com toda a população.

Por fim, a meta 72, a Requalificação da Infraestrutura e dos Espaços Públicos do Centro. Na semana que vem, nós faremos uma apresentação de um dos importantes projetos dessa meta, que é exatamente a requalificação do Anhangabaú. Uma série de ações está sendo feita, desde obras de requalificação dos calçadões, já em curso, como a multiplicação da requalificação de pequenos espaços públicos, à semelhança do já realizado no Largo São Francisco.

Como o *PowerPoint* já foi instalado, eu vou pedir ao Felipe que assuma a palavra.

Muito obrigada.

O SR. FELIPE GAROFALO CAVALCANTI – Boa tarde a todos. Sou Coordenador Geral de Administração e Finanças da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e vou apresentar o orçamento da Secretaria. Até que os números apareçam na tela, começarei com um panorama geral.

O orçamento da Secretaria para este ano foi de aproximadamente 44 milhões, incluindo as despesas de custeio; aproximadamente 50% desse valor foi para despesa de pessoal e hoje nós estamos com uma taxa de liquidação de 88,18% e temos a expectativa de terminar o ano com cem por cento do orçamento disponível liquidado.

O valor do orçamento da Secretaria em relação às despesas de custeio para 2016

é de 54 milhões e ele envolve o desenvolvimento técnico e o apoio operacional às atividades da Secretaria. Já o valor para investimentos neste ano foi um aporte de 22 milhões de reais, cuja taxa de empenho, na data de hoje, é de 94,22%, e uma taxa de liquidação de 92,68%. Então, também caminhamos para terminar o ano com cem por cento do orçamento disponível para investimentos executados.

Para 2016, o valor previsto é de 36 milhões de reais. Uma parte significativa desse valor decorre da atividade principal da Secretaria, que é o desenvolvimento e estudos de projetos urbanísticos. Outra parte também significativa fica com a difusão e fomento de pesquisas à gestão. Uma terceira parte, também um investimento significativo da Secretaria é o desenvolvimento do Sistema de Informações Georreferenciadas – SIG São Paulo.

Os dados já estão na tela.

- Orador passa a referir-se a dados na tela de projeção.

O SR. FELIPE GAROFALO CAVALCANTI – Temos hoje um orçamento estimado em 22 milhões, com 21 milhões já empenhados e 19 milhões já liquidados – dados que eu já tinha divulgado – e 36,5 milhões já orçados e planejados para 2016 para consecução das metas, que ainda faltam ser concluídas, que o Secretário acabou de apresentar.

Em relação à situação financeira das Operações Urbanas, eu gostaria de passar a palavra para o Sr. Marco Antonio Fialho, que faz parte da Diretoria de Gestão de Operações Urbanas da São Paulo Urbanismo, para uma breve explicação dos números.

O SR. MARCO ANTONIO FIALHO – Boa tarde. Eu gostaria de, de uma forma muito breve, apresentar essas informações sobre os saldos financeiros que temos apurado nas respectivas contas das quatro Operações Urbanas que estão em andamento. São elas: Operação Água Branca, Água Espriada, Operação Centro e Faria Lima.

Para conseguirmos observar com um pouco mais de clareza o que está na tela, há duas colunas centrais, que são os valores de outorga e os valores de Cepac. O que vem a ser esses valores? Os valores de outorga são aqueles provenientes dos recursos auferidos por

causa da venda do potencial construtivo, quando a Operação ainda não é consorciada. À medida que a Operação se torna consorciada são feitos os leilões dos Certificados de Potencial Adicional de Construção, conhecidos como Cepac, e, portanto, são apropriados naquela coluna do Cepac.

Existe uma lei de 1995 e, no caso da Água Branca, esses recursos estão apropriados como recursos de outorga num valor de 521,294 milhões. Em Cepac, cujo leilão foi feito no início deste ano, no mês de março, foram apropriados 9,254 milhões de reais que estão contidos numa conta específica.

Na Água Espraiada existem apenas os recursos de Cepac da ordem de 1,114 bilhão. Na Operação Urbana do Centro, que não é consorciada, os recursos de outorga perfazem um total de 39,783 milhões e para a Operação Faria Lima, isto é, para ambas as Operações, os recursos de outorga totalizam 81,232 milhões e de Cepac 277,314 milhões. Na coluna de outorga observamos um total de 642 milhões em conta e na coluna de Cepac, 1,401 bilhão, também disponíveis para os investimentos, que estão devidamente informados para execução e para conclusão das Operações Urbanas.

As apresentações que se seguirão dão conta apenas da parte de obras. Há muitas outras intervenções, que estão acontecendo, mas que não se tratam de obras como, por exemplo, os projetos desenvolvidos que também vão consumir parte dos recursos. Mas, no quesito intervenção a ser executada, há uma na Água Branca que é a drenagem dos córregos Sumaré e Água Preta. Essa drenagem, em 2015, consumiu um valor da ordem de 72,321 milhões de reais e essa obra tem previsão de ser concluída já no primeiro semestre de 2016, seguramente até abril ela será concluída.

Na Água Espraiada, há uma intervenção que é o prolongamento da Avenida Roberto Marinho, onde existem duas intervenções: uma de Habitação de Interesse Social, HIS, que está descrito na linha após a mais escura, que perfaz 11,691 milhões de reais. Os valores que estou citando dizem respeito às medições realizadas de janeiro até setembro de 2015.

Ainda temos outubro, novembro e dezembro para executar e apurar esses valores. No caso da outra intervenção de HIS, que é o conjunto Estevão Baião, mais 11,84 milhões executados no exercício de 2015. E as intervenções no sistema viário, que são: prolongamento da Roberto Marinho, consumindo 10 milhões 983 mil; Parque do Chuvisco, 1,905 milhão; e o prolongamento da Avenida Chucri Zaidan e a Ponte Laguna: 99 milhões 670 mil, totalizam, portanto, para Habitação de Interesse Social: 22,775 milhões; e para o sistema viário 112,559 milhões. Na Água Espreada, portanto, temos 135,335 milhões de reais executados em 2015.

Aqui é a área central, Operação Urbana Centro em que há duas intervenções em andamento, que consumiram, até setembro: no Gasômetro – que é basicamente o aterramento da fiação – 358 mil; e na Praça Roosevelt outros 406 mil, totalizando 765 mil reais de valor da operação.

Na Faria Lima as intervenções em andamento são: a ciclovia, que consumiu até agora 6,605 milhões; e Habitação de Interesse Social do Real Parque outros 17,226 milhões totalizando, portanto, 23,832 milhões de reais.

Para o exercício de 2016 a previsão do nosso Orçamento, para cada uma das operações, está na seguinte ordem: Água Espreada aponta para um investimento da ordem de 465 milhões, dos quais para Obras e Instalações, são 272 milhões, e para Desapropriações, 142 milhões. E são esses os valores mais expressivos.

Para a Operação Água Branca há ainda 415 milhões, no total, dos quais 250 milhões para Obras e Instalações; e para Desapropriações são 85,500 milhões.

Na Operação Urbana Centro, prevemos um consumo da ordem de 84,914 milhões, dos quais 62 milhões são para Obras e Instalações. Para a Operação Urbana Faria Lima, são 602,577 milhões, dos quais 371 milhões para Obras e Instalações; e 177 milhões para Desapropriações.

Portanto, na soma dos investimentos para 2016, nós teremos uma totalização de 1,568 bilhão para fazer frente às obras e serviços que estão sendo desenvolvidos, frente a um

saldo financeiros de 2 bilhões, os quais estão apurados nas respectivas contas, é o saldo financeiro. Nesse cenário, teríamos condições de equacionar o que temos no escopo de obras com o que temos no saldo financeiro apurado de cada uma das contas.

Agora, antes de entrarmos no Fundurb, é importante observar, eu acho que é uma situação facilitou em muito o controle, o destino dos recursos e a apuração dos recursos, que foi o fato ter sido apropriado dentro da rubrica da Secretaria de Desenvolvimento Urbana. Com a criação dessa despesa centralizada em uma Secretaria é possível – para qualquer pessoa, inclusive para o cidadão comum – observando a página da Prefeitura - ter acesso e poder acompanhar com um pouco mais de proximidade em relação ao que vinha sendo feito anteriormente.

Então as quatro operações urbanas que estão em andamento, é possível fazer um acompanhamento pari passu, muito próximo do que está sendo executado, o que é, sem dúvida, um ganho expressivo para o controle não só de quem está à frente da operação como também de todos aqueles que têm curiosidade de saber como estão andando as operações.

Agora será falado sobre o Fundurb.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Sou Secretário Executivo do Fundurb.

Essa primeira planilha demonstra o que foi orçado para 2015, o que foi empenhado, o quanto disso representa do que foi empenhado para cada secretaria, o quanto representa do orçamento do Fundo para este ano; também o que foi liquidado; o seu respectivo percentual e o que está programado de orçamento para o ano que vem.

Brevemente, o que foi orçado não necessariamente vincula o Fundo porque o Fundo tem um conselho gestor, e esse conselho tem um plano de investimentos que é pactuado entre as diversas secretarias; e a partir desse plano de investimentos, é estabelecido um limite para o ano.

Embora nosso orçamento tenha sido em torno de 425 milhões, o que foi autorizado pelo Conselho Gestor foi algo em torno de 297 milhões que, agora, no mês de novembro foi

majorado para 320 milhões.

Esta planilha estipula em torno de 71 milhões para a Secretaria de Subprefeituras; 197 milhões para Secretaria de Habitação; 10 milhões para a Secretaria de Transportes; 112 milhões para a Secretaria de Infraestrutura; 28 milhões para a Secretaria de Cultura; e 5 milhões para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. E pela disposição do Plano Diretor Estratégico, 30% dos recursos do Fundo devem ser destinados para investimentos em Habitação; e 30% devem para investimento em mobilidade. Então, essa planilha explicita de que maneira nós observamos os limites impostos, determinados pelo Plano Diretor.

Vocês podem ver que na Secretaria de Subprefeituras, para o programa um milhão de metros quadrados de passeio corresponde 35 milhões do orçamento, são 10,82%. Dentro da Infraestrutura, em Drenagem – Canalização do Córrego Ponte Baixa com obra de corredor de ônibus, são mais 9,56%. Abaixo temos Mobilidade - terminal Itaquera, corredores binários Santo Amaro, Berrini, M'Boi Mirim, Leste Itaquera, Radial Leste 1e 2; Aricanduva, e isso dá 18,38%. Em Sehab há uma rubrica, na terceira linha, aquisição de terrenos, são mais 97 milhões, o que ultrapassa também os 30%.

Essa planilha discrimina pormenorizadamente quais são as rubricas da proposta orçamentária do próximo ano. Então ela, em principio, já prescreve os percentuais em respeito ao Plano Diretor.

Então nós vemos ali, em Sehab, 91 milhões, dos 300 milhões orçados, eles correspondem a 30% do total do orçado, mais a somatória daquelas duas rubricas destacadas em cinza, de Siurb, implantação e qualificação de corredores, implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos, isso também cumpre com o requisito de 30% mínimos dispostos pelo PDE.

Com isso a gente encerra a apresentação do Fundurb.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mais alguém quer fazer uso da palavra?

(Pausa) Então eu vou passar imediatamente ao relator, por não mais do que o tempo

necessário para que a gente possa dirimir as dúvidas e para que o relator também tenha as condições necessárias para a elaboração do seu relatório. Em seguida, os vereadores que compõem a Comissão, o Vereador Aurélio Nomura que já se inscreveu, o Vereador Ricardo, o Vereador Jair Tatto, o Vereador Paulo Fiorilo. Com a palavra, então, o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Vou liberar os nobres vereadores: quem quiser ir jantar, dá tempo.

Secretário, agradecer a presença de V.Sa. porque, dada a agenda de V.Sa., é complicado vir aqui. Mas, por fim, conseguimos uma reunião com o senhor para discutirmos um pouco o dinheiro da cidade de São Paulo.

Observando a apresentação do senhor, vi ali o Ponte Baixa, o senhor colocou 30,9 milhões para corredor. Qual é a fonte de recursos? É 0-3 ou 0-0, Secretário, que o senhor colocou para pagar os corredores? (Pausa) Eu estou começando (ininteligível) para que eu não me esqueça: qual a fonte pagadora do recurso que o senhor está empregando na canalização do Ponte Baixa?

O SR. SECRETÁRIO – Especificamente isso é a fonte 0-8 do Fundurb. Esses corredores...

O SR. MILTON LEITE – Mas 0-8, qual é a natureza da obra, do investimento? Zero oito não é operação urbana, Secretário?

O SR. SECRETÁRIO – Não. O Fundurb é outorga. Outorga onerosa é o que é recolhido de toda a Cidade, não é um dinheiro gravado.

O SR. MILTON LEITE – Eu sei, Secretário, mas só entender: no córrego Ponte Baixo nós temos um gasto que está começando a nos preocupar. Até onde nós vimos os gastos, começou com 320, era para ser 400 milhões, está em 603, o senhor está colocando mais 40, mais reajuste, Eu queria ver onde é que nós vamos parar com o custo dessa obra. Eu tenho lá minhas preocupações com o valor, porque esse dinheiro não está (ininteligível).

Veja, o senhor tem lá na fonte 0-3, que vem do Estado, 160 previstos no

orçamento. Está correto? Sua assessoria pode acompanhar o raciocínio. Eles estão contidos nos 160, esses 30 a que vocês fazem menção, ou estão contidos na obra, nos 160 milhões previstos no Ponte Baixa?

O SR. SECRETÁRIO – Eles me corrijam, mas talvez esteja havendo uma confusão. Há recursos que são do Fundurb, obtidos através da outorga onerosa, que vão para essa obra. Entretanto esses recursos não garantem a totalidade da obra.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu esclareço. Eu sei a composição dos recursos. Nós temos o 0-3 do Governo Federal, o 0-0 do Município que é composto, convertido através do 0-3 que vem do Governo do Estado, do fundo que eu criei aqui na Câmara que é o fundo de recurso da Sabesp. O senhor está incrementando agora um recurso novo, é o 0-8, que não estava previsto, porque nós tínhamos até então a somatória de custo lançado até o presente momento de 602, considerando 70 de reajuste no macro da obra.

A minha indagação é diferente, Secretário. Isso não estava lançado porque, que eu entenda, não estavam contidos no projeto inicial esses custos do corredor que o senhor está mencionando, de 30 milhões, nos custos originários da obra, no projeto da obra. Eu quero saber se eu estou pagando com duplicidade, ou tem dinheiro sobrando. Não pagando, mas pode ser que tenha dinheiro sobrando. A dúvida nossa é essa, neste momento. Porque até agora, nas fontes de financiamento, eu não vi ser contemplado o Fundurb. Era o Governo Federal, o 0-2, o 0-0, o 0-8 que implementou agora o corredor, mas está colocando agora. Eu quero entender, até para a gente tem o macro, onde é que vai parar os finais desse dinheiro, o custo dessa obra. Começa a incrementar muito recurso, eu começo a ficar preocupado. É muito dinheiro.

O SR. SECRETÁRIO – Os recursos do Fundurb são apenas complementares. Acho que essa questão deveria ser, infelizmente, endereçada à Secretaria de Finanças que é quem de fato tem controle da totalidade das fontes orçamentárias dos recursos.

O SR. MILTON LEITE – Então, para melhor esclarecimento, o senhor está

incrementando, a sua pasta, 30,9 milhões, é isso? Finanças vem daqui a pouco, a gente esclarece com o Secretário Ceron.

O SR. SECRETÁRIO – Sim, eu pediria que essa pergunta fosse endereçada a eles, que vão ter maior capacidade...

O SR. MILTON LEITE – Secretário, com todo respeito, *data venia* nós e os presentes, Secretário, o senhor acabou de mostrar que tem 30,9 milhões investido lá, e eu pergunto de onde que é e por quê.

O SR. SECRETÁRIO – De onde é? São recursos do Fundurb. Por quê? Porque são recurso necessários à obra.

O SR. MILTON LEITE – Mas, Secretário, nós acabamos de dizer o seguinte: o senhor, para aplicar os recursos, evidentemente tem a equipe técnica que... Lá é uma Secretaria de Desenvolvimento Urbano, então o senhor tem a equipe técnica e diz. Eu estou acompanhando o projeto, eu tenho o custo dessa obra e estou perguntando se há realmente... se esses recursos foram aplicados anteriormente ou não, e qual é a natureza. Nós já fizemos corredores lá, a primeira etapa. O senhor pode se valer da assessoria, Secretário. Eu não tenho nenhum problema. Eu só quero saber por que estão aparecendo 30 milhões agora.

O SR. CAIO RIOEI YAMAGUCHI FERREIRA - Bom, como Secretário Executivo do Fundurb...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Só se identifique, por favor.

O SR. CAIO RIOEI YAMAGUCHI FERREIRA – Eu sou Caio, Secretário Executivo do Fundurb. Como funciona o Fundurb? O Fundurb tem um conselho gestor composto pelas Secretarias que estão listadas nessa planilha, e essas Secretarias apresentam um plano de investimentos. Cada Secretaria tem as suas demandas e o conselho, em si, aprova dentro daquele limite. O controle da obra, a execução dos projetos não é do conselho; isso é responsabilidade estritamente da Secretaria. A questão que o Vereador coloca de composição dos recursos da obra teria que verificar inclusive com Siurb, como é que isso foi composto. A

função do conselho é de regular, dentro do... A fonte dele é outorga onerosa e ela...

O SR. MILTON LEITE – Só para entender: se o conselho liberou, é porque há demanda do dinheiro. Só que eu não estou vendo espaço no momento, Secretário, para empregar esse dinheiro lá, porque o dinheiro que tem lá existente, do 0-3, que são 160 milhões... Da 0-3 nós temos 160 milhões no orçamento. Se eu tenho 0-3, já vou retirar 20, que o Governo está aplicando este ano, que está sobrando recurso com aqueles 160, que fecha a obra. Nós indagamos do Secretário de Infraestrutura se os recursos eram necessários, com o saldo que tem.

A pergunta é: como o conselho gestor do fundo remete para aquela obra o recurso para os corredores, se já está contido no projeto originário financiado pela fonte 0-0 e 0-2? No caso o 0-0, ou seja, dinheiro do município foi convertido em dinheiro da Sabesp, que nós chamamos aqui de 0-3, que é do Governo do Estado. Eles estão fazendo frente com um volume, Secretário, de 160 milhões. Já estou retirando, em acordo com ele, 14, porque está sobrando, não se faz necessário, todos os custos da obra estão cobertos já com a contrapartida, encerramos a obra, inclusive os viadutos, toda a obra. Aí o senhor vem aqui e incrementa mais 160, mais 31 milhões, redondo. Aí a pergunta: o conselho gestor do fundo examinou então a real necessidade?

É isso, Secretário. A dúvida é só essa, porque pode ser que alguém solicitou o recurso em algum momento e o dinheiro não se faz necessário. O senhor tem outras prioridades, a cidade demanda outras prioridades. Eu não estou vendo, neste momento, esse recurso. Indagado que fui, e respondi, está no meu *e-mail* a planilha de fechamento da obra está fechada em 602, para zerar. Não constam esses 31 milhões. Para encerrar a obra e inaugurar em agosto de 2016, os valores estão bem apurados. Então, se o senhor tem 30,9 milhões, é dinheiro que dá para fazermos casinhas até não poder mais, canalizarmos córregos. Então, a dúvida é essa. E vamos agora indagar, e se o senhor não tem resposta, é só Indagar se ele está contido ou não. E não pode estar contido porque a fonte aqui é outra. Não está

contido! Ou está sobrando ou tem mais. A fonte é outra. Os 160 milhões – esclareço os Vereadores consta da execução do Ponte Baixa – e são 160 milhões, qual é a fonte de pagamento? São recursos oriundos do fundo da Sabesp, Saneamento, e já está sobrando 20 milhões porque o Governo está aportando este ano 20 milhões da fonte 00. Daí pergunto: o conselho gestor do Fundo liberou esses 30, eles estão contidos? Então, o custo da obra, eu quero entender, Secretário, para que não haja duplicidade de fonte, de financiamento, e duplicidade de recursos porque é temerário numa gestão pública. E não é culpa do senhor, o senhor está dizendo, estou liberando, mas estou pedindo, vamos dar uma olhada melhor na questão desse dinheiro porque não é pouco dinheiro. São quase 31 milhões que, segundo meus cálculos, bem detalhadamente, não se faz necessário. Tenho na planilha do meu computador, informação passada por mim, tenho cada número.

Quando o Secretário Garibe esteve aqui, semana passada, indaguei sobre os recursos para o Ponte Baixa, dissecamos os valores e eu não vi esse dinheiro. Na fonte dele, quando lançaram os recursos, não estão os 31 milhões, por isso me chamou a atenção. E eu tenho uma memoriazinha boa para lembrar os números com detalhes, e como a obra é na minha região, quero saber se há ou não dinheiro para executarmos. Essa é uma obra que vamos olhar com cuidado, e pode ser que o senhor tenha a grata surpresa, que eu aqui tenha descoberto 31 milhões para o senhor gastar em outro local. Se houver remanejamento, de comum acordo com o senhor, não há problema. E para remanejar, eu vou consultá-lo. Vou dizer: está sobrando aqui... E foi o que eu fiz com o Garibe: olha, você tem 20 milhões a mais que o Governo aportou, com o que ele concordou, e nós vamos acertar onde o Governo melhor quer...

Não imagine o senhor que a peça orçamentária venha para cá perfeita, não vem não, vem com falhas, com desencontros. Aqui, nesta Comissão, o objetivo, ao discutir a peça orçamentária, é que, se houver eventuais falhas, possamos achar os desencontros e tentar corrigi-los. Ainda assim é possível que haja falhas, ninguém aqui é perfeito. A execução

orçamentária, sim, tem de ser correta. Por isso estamos tomando cuidado orçamentário, e não é financeiro, pagamento, ninguém diz que vai ser pago, mas há preocupação com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador, antes de o senhor continuar com a arguição, quero apresentar o Vereador Arlindo Júnior, PROS – que está do meu lado esquerdo – da Câmara Municipal de Manaus. Bem-vindo a São Paulo! Estamos em audiência pública do Orçamento da cidade de São Paulo, você deve conhecer bem. Agradeço a sua presença, fique à vontade. Vamos continuar com a audiência.

Alguma consideração? Está clara a dúvida do Vereador? O Secretário Ceron daqui a pouco será arguido.

Vereador Milton Leite com a palavra, pelo tempo necessário.

O SR. MILTON LEITE – Retomemos, Secretário. Quanto à pasta de V.Sa, precisaríamos de um dia inteiro para dissecá-la, E sem discutir a política de investimentos, só mesmo o dinheiro da cidade, para aonde está indo e da forma que está indo. Tenho pouco tempo, vamos tentar priorizar.

Na fonte 2171 – Manutenção - e aqui está contida a Prodam - o senhor tem 7,574 milhões, há um incremento de 236%. A que se deve esse valor, por que houve todo esse aumento?

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Esse contrato com a Prodam, além do contrato ordinário de manutenção de sistemas e tal, deve-se fundamentalmente à elaboração do projeto Geo Sampa, que é articulação de 256 bancos de dados da Prefeitura num sistema e infraestrutura de dados única, e que justamente terminará com a fase de abertura dos dados ao público agora em dezembro. Ainda há pequenos ajustes operacionais que estão e que ainda precisam ser realizados, mas fundamentalmente o incremento do contrato com a Prodam se dá devido à elaboração desse importante projeto, que é uma das metas do Plano de Metas da Gestão Haddad.

P – Ou seja, a oscilação a maior se deve a esse novo contrato, a esse novo produto? Ao novo objeto contratado?

R – A esse novo produto, exatamente.

P – É produto, não é manutenção do sistema?

R – Não, não. E nem chamamos produto, chamamos de projeto, é o Geo Sampa.

P – Está bom. Na fonte 21100 consta 28 milhões menos 2%. O senhor liquidou até outubro 20 milhões. Mas quando abrimos as rubricas, temos aqui 20,46 milhões – na 1100 – que é Pessoal, não é Secretário? Está correto? (Pausa) Quando o senhor abre a unidade, a especificação, a natureza, a 3190 -1100, nela há 20,46 milhões. O que especificamente o senhor vai pagar com esses recursos? Porque se olhar Administração, o senhor tem 28 milhões, o senhor aumentou 2%, mas e aqui qual foi o gasto de 2015 e por que 20,46 milhões na 1100? Também, quanto o senhor gastou ou gastará até dezembro de 2015?

O SR. FELIPE CAVALCANTI – Vereador, sou Felipe Cavalcante, Coordenador de Administração e Finanças.

O SR. MILTON LEITE – Pois não.

R – Essa rubrica especificamente que o senhor citou é puramente folha de pagamento. São os salários dos servidores da Secretaria.

P – Fiz menção a isso, disse: quanto o senhor pagou? Sei que é Pessoal, está na 1200, está contido Pessoal. Abri e olhamos: dos 28 milhões, 20,46 milhões é para Pessoal. Perguntei: quando o senhor pagou e qual a oscilação que tem de 2015 para 2016?

R – Não há relevante oscilação. Eu não tenho os dados detalhados de quanto exatamente custou a folha de pagamento este ano.

P – O senhor não sabe com quanto o senhor vai fechar o orçamento nessa rubrica? Quanto o senhor vai pagar? O senhor vai pagar os funcionários até 31 de dezembro, e quanto é que vamos pagar?

R – Deste ano?

P – Isso.

R – Neste exercício a gente deve pagar também próximo de 20,46 milhões .

P – Não tem aumento, os funcionários não terão aumento?

R – Não houve oscilação no número de funcionários da Secretaria.

P – Nós entendemos. Se o senhor não oscilou e vai gastar 20,46 milhões, os funcionários não vão ter reajuste, com uma inflação de 10%?

R – Não... A política de reajuste é de outra secretaria, eu não consigo prever isso.

P – Mas está lançado aqui no elemento de despesa...

R – É que nós fizemos a previsão orçamentária para 2016 com base na execução deste exercício, são 20,46 milhões. Se houver um projeto de reajuste no salário dos funcionários para 2016, essa dotação deve sofrer uma complementação no montante exato necessário para pagar o reajuste.

P – O senhor está dizendo o seguinte, o Prefeito usará do remanejamento para cobrir a folha, o Pessoal? Mas aqui está descoberto. Duvido que os funcionários trabalhem pelo mesmo salário de 2015! Ninguém neste País vai trabalhar com 10% de inflação. Então não está previsto aqui?

O SR. ROGÉRIO CERON – O meu salário está congelado desde 2013! (Risos) Não duvido.

O SR. MILTON LEITE – O senhor é generoso com a cidade, mas os funcionários que ganham pouquinho, não tem como, Secretário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Minha?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Mas tem que gravar mesmo. Tem que reajustar pelo menos a inflação do período anterior, pelo menos! Não dá para pagar sem inflação!

- Palmas.

O SR. MILTON LEITE – Defendi junto aos sindicatos, tem que haver previsão orçamentária para tal!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Eu já disse isso. Do conselheiro tutelar, estou fazendo suplementação porque não tem, veio errado no Orçamento. Não veio para cobrir.

- Palmas.

O SR. MILTON LEITE – Vamos suplementar porque está errado! Pelo menos, mesmo que não dê reajuste, mas para fazer frente ao Conselho Tutelar, estão faltando, se não me engano, 7 milhões. (Pausa) Quanto? (Pausa) Sete milhões! Estão bem gravados os números do Orçamento em minha memória, bem gravados. Não preciso ler para saber o que tem do Orçamento para os funcionários. Eu já gravei até o número de vocês. Estamos atentos aos números do macro orçamento.

O que pode ajudar, para os senhores entenderem, é que damos ao Prefeito, é permitido o remanejamento, ou seja, tira o dinheiro de um lado e põe no outro. Por que isso é estranho? Porque essa natureza de despesa tem de sair cheia. Assim como não posso orçamentariamente retirar, se eu quiser remanejar recursos da folha de pagamento, não podemos a menos que esteja sobrando, é o caso do Tribunal de Contas. Lá tem mais de 50 milhões sobrando para funcionário, eu vou retirar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE - Vai para vocês uma parte, já está acertado. (Palmas)

Está errado lá. Tem um erro e a gente corrige aqui. Não temos a pretensão de sermos os donos da verdade, longe disso, somos humildes.

Então, não está previsto reajuste aqui?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Deveria.

O SR. MILTON LEITE – Veja bem, Secretário.

O SR. JAIR TATTO – Pela ordem, relator.

O SR. MILTON LEITE – Qual a questão de ordem?

O SR. JAIR TATTO – Tem algumas pessoas que gostariam de colocar algumas bandeiras no silêncio, sem atrapalhar o encaminhamento. Pode colocar aqui?

O SR. MILTON LEITE – Aqui na frente não. Lá no fundo para que a gente possa ler.

Vamos prosseguir.

Sr. Secretário, V.Exa. bem sabe que com a inflação de 10% e com a queda de receitas que deve oscilar por volta de 10%, o diferencial é 20. V.Exa. concorda comigo. Se V.Exa. for atualizar a folha de salário e mais 10 com uma deficiência que V.Exa. não está atualizando, estamos no valor de 20. Então, os funcionários de V.Exa. terão dificuldade e temo porque a pasta de desenvolvimento urbano é importante. A proposta é boa, mas não se segura técnicos bons com salários sequer atualizados. Duvido que o senhor segure bons funcionários sem reajustar, os funcionários bons vão embora. Não pense que o senhor segura funcionário sem reajustar. Estou falando da dificuldade que o senhor terá.

Na 3900, V.Exa. tem 4.401 milhões, que gostaria de um esclarecimento rápido. Na 4600, 1.194. Só vou a números significativos, Secretário. Onde V.Exa. vai gastar 4.401.388? Para que é esse recurso.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – O 3900 de 4.401 milhões é o suporte à secretaria. São os contratos como aluguel, conta de água, conta de luz, veículos.

O SR. MILTON LEITE – Esse é o mesmo valor que V.Exa. pagou o ano passado?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Não exatamente. Ele é um pouco menor do que o valor que pagamos neste ano.

O SR. MILTON LEITE – V.Exa. renegociou o contrato?

R – Houve uma renegociação de todos os contratos a menor.

P – Que bom. O Tribunal de Contas está assistindo aqui e na 1.194, a 4600, o que é isso? Para que o senhor vai gastar isso?

R – Eu precisaria checar, mas acho que ele está vinculado...

P – Ok. Vamos prosseguir, depois V.Exa. me manda por escrito.

Manutenção de sistemas, V.Exa. já explicou.

1.940 milhão, desenvolvimento de sistemas de informações geográficas. Esse é o programa que V.Exa. falou ou é outro?

R – É o GeoSampa.

P – É este aqui?

R – Sim.

P – Mas ele está em cima e embaixo ou só aqui? Perdão, Sr. Secretário, está correto.

O senhor tem dentro da 2141 a 3900, 20.659 milhões, desenvolvimento de estudos e projetos de estruturas e políticas urbanas. Aqui sim cabem explicações, Sr. Secretário. Quais projetos vamos desenvolver para gastarmos 20 milhões em única rubrica?

R – São os projetos previstos no Programa de Metas: desenvolvimento dos 32 Planos Regionais de Subprefeituras, desenvolvimento dos territórios CEUs...

P – Espera aí, Quais Planos Regionais de Subprefeituras?

R – Os futuros planos que estão previstos no próprio Plano Diretor. Há necessidade de fazê-los, assim como zoneamento esses planos já estão tendo a metodologia elaborada e eles virão ao processo participativo a partir do momento em que o zoneamento tiver sua discussão encerrada.

P – São 20 milhões, é isso?

R – Não, calma. São planos regionais mais território CEU mais o sistema da função social da propriedade que vem da nova diretoria que vem desde 2013...

P – Para ser objetivo, já estão licitados os projetos? Há vários projetos que o senhor está falando que o senhor está gastando 20.659 milhões. Estou perguntado se já estão licitados.

R – Parte desses projetos estão sendo feitos dentro da Secretaria, como os planos regionais com o suporte da SP Urbanismo; os estudos do Arco Tietê; os estudos iniciais do Arco Jurubatuba e agora iniciaremos o processo do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, que é o plano metropolitano.

P – V.Exa. já falou a palavrinha mágica. O senhor já sabe o que é: Jurubatuba.
(Risos)

R – Sempre deixo o melhor para o final. (Risos.)

O Arco Tietê está previsto no Plano Diretor para 16 e para isso já começamos a fazê-lo desde o início deste ano e cumprimos o prazo. O Jurubatuba, 2017, e para isso precisamos começar os estudos antes senão não vai...

P – Até para mandar a lei para esta Casa.

R – Claro. Então, já fizemos alguns estudos muito preliminares. Em 2016, focaremos nos estudos que vão permitir em 2017 que o Arco Jurubatuba seja encaminhado para aqui talvez...

P – Talvez haja a necessidade de o senhor mandar um aditamento de prazo para a implementação porque teria de estar implementado ou, pelo menos, mandar a lei ainda que seja a minuta.

R – Jurubatuba é em 2017.

P – É 2017.

R – Começaremos os estudos de forma sistemática agora em 2016. Parte desse recurso de 20 milhões é, entre outros, para o Arco Jurubatuba.

P – Para que os presentes entendam, o Arco Jurubatuba é como se fosse uma mega Operação Urbana na zona Sul da cidade de São Paulo que vai desde o fundo do Campo Limpo, atrás da Vila Andrade margeando a Ponte João Dias, a Guido Caloi, a Avenida Jurubatuba, Marginal e chegando até o Autódromo de Interlagos. Será o maior investimento em uma região urbana que este País verá. Tenho certeza de que é melhor do que o apoio Norte.

Ele beija o pé do Alvarenga ali.

R – Mas nós estamos criando uma estrutura, dentro do possível, na própria SP Urbanismo para o desenvolvimento desse projeto.

P – Esse plano, V.Exa. sabe, fui eu que pedi e insisti. A iniciativa é minha.

R – Eu sei.

P – Estou feliz que está andando, Sr. Secretário. Já amoleceu meu coração.

R – Não precisamos de licitações externas porque será realizado dentro da SP Urbanismo.

P – E esse dinheiro dá? Não precisa de mais?

R – Não para tudo. Dá para os estudos a serem realizados sim.

P – Se for para o Jurubatuba, arrumaremos mais orçamento.

R – Eu vou achar ótimo.

P – O senhor acha que não, é? Vou arrumar mais recurso aqui, Secretário.

R – Essa emenda...

P – Tenha certeza. Só para informar, o Vereador Fiorilo acabou de dizer que o Plano Jurubatuba é muito importante para a Cidade.

Quero agradecer o Sr. Secretário de público pelo desenvolvimento desse projeto. Isso é muito para a Cidade, para o desenvolvimento da zona Sul da Cidade. Eu me empenhei para que isso acontecesse e continuo me empenhando.

Sr. Secretário vamos a números macros porque o tempo é restrito.

A sua secretaria saltou em 2014 de 140 milhões para 1.659 bilhão. Observamos que a Fonte 08 foi a contemplada de operações. Gostaria de um esclarecimento para a opinião pública, Secretário, do porquê o senhor levou intervenções, na 5100, onde tem a fonte de recursos 08, ou seja, dinheiro de operações urbanas - ou de recursos não vinculados -, o que seria natural numa outra Secretaria. Por que o senhor está levando na Secretaria a execução de intervenção em sistema viária, se a natureza da sua é controle e projeto? Ou o senhor só

faz a gestão e transferência de recurso?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO - Exatamente. Só fazemos a gestão e a transferência de recurso. E por que essa articulação? O que nós descobrimos, ao longo do tempo, é que muito provavelmente estamos perdendo custo financeiro do dinheiro, sobretudo, dos Cepacs, por exemplo, o que foi arrecadado com o último leilão da Águas Espraiadas e que não foi executado, ao mesmo tempo, a terra subindo, escandalosamente, seus valores.

Precisamos de uma gestão dos recursos dos Cepacs com mais eficiência. E o que significa gestão com mais eficiência? Não a capacitação da pessoa que está gerindo esses recursos propriamente dito, mas a capacidade de articulação de todas as ações de cada uma das Secretarias. Essa articulação para fazer uma intervenção, por exemplo, na Águas Espraiadas, eu preciso da Sehab para remoção e realocação da população; da Siurb para drenagem; SP., enfim, toda essa articulação estava sendo bastante comprometida.

P – Dispersa?

R – Dispersa. A articulação numa única instância, apenas de gestão, e não gestão das obras, permite que esse fluxo seja facilitado e que possamos otimizar os recursos e, com isso, fazer mais com o mesmo dinheiro que é arrecadado. Esse é o princípio, tanto é que criamos também, na SPUrbanismo, uma diretoria que inexistia, que é uma diretoria de gestão.

P – Uma integração, na verdade, dos projetos, de ações?

R – De integração, de articulação, porque, veja, quando fazemos a canalização, também fazemos a avenida, a iluminação, a habitação. Essa articulação de várias Pastas é que precisa ser realizada em uma única instância. Isso agiliza os processos.

P – Está esclarecido. O mesmo aplica-se, o senhor tem aqui, urbanização de favelas.

R – Exatamente.

P – O senhor tem diversas atividades aqui que o senhor chamou, avocou, a Vossa Secretaria, a 3357, tem 374 milhões, na verdade, o senhor chama a Cohab e a Sehab e oferta

os recursos para as ações integradas dos projetos que estão contidos ali, por exemplo, canalização de córregos do Ponte Baixa e mananciais, e o senhor integra numa única gestão.

É isso?

R – A única gestão dos fluxos de recursos, mas a gestão das obras compete a quem é responsável pelo repasse.

P – Pelo repasse, na verdade, o senhor repassa os recursos necessários para que ele passe a ser o ordenador de despesas.

R – Sim.

P – O senhor não se mantém na ordenação de despesas?

R – Não. E, inclusive, para evitar eventuais sobreposições, isso nós passamos a ter controle, duplicidade.

P – Eu sei, eu entendi. É diferente, Secretário. Eu perguntei: quando o senhor repassa, por exemplo, intervenção no sistema viário, não é que o senhor está passando recurso para o Ponte Baixa – por exemplo, uma que está em execução -, o senhor continua com a ordenação de despesas ou não? Vai para a Siurb?

R – Não, não tenho.

P – O senhor não tem a ordenação de despesa?

R – Não.

P – É ele que passa, continua. A secretaria fim específica é que responde pelo ordenamento de despesa? (Pausa) Ok. Secretário. É bom porque cada um responde por aquilo que é executado.

Fundos. Há só uma dúvida na Fonte 08, quando o senhor coloca requalificação do corredor, o senhor, em operação urbanas, não é previsto no contrato que o senhor tem, por exemplo, na Raimundo Pereira de Magalhães, operação urbana e a qualificação de corredor, mas não é objeto do contrato, e sim a ponte e não a requalificação dos corredores. Não me recordo, especificamente, da lei. A construção sim, mas a requalificação não está contida na

lei, não é?

R – É que o Fundurb são recursos de outorga, não de operação, portanto não são...

P – Não da Água Branca, é da Raimundo Pereira de Magalhães, da Fonte 08, a menos que o senhor esteja levando recursos do Fundurb para lá. O senhor está levando recursos do Fundurb para lá?

R – Não.

P – Só o Água Branca mesmo. Então na requalificação lá tem o que? É isso que eu queria entender.

O SR._____ - Vereador, só para esclarecer: o nome requalificação da ação orçamentária, é isso?

O SR. MILTON LEITE – O senhor coloca construção, requalificação. Quando o senhor especifica requalificação, me chama à atenção. Vou citar uma aqui para o senhor.

O SR._____ - **R** – É porque houve uma padronização dos nomes das ações orçamentárias.

O SR. MILTON LEITE – Eu sei, mas uma coisa é construir, outra é requalificar.

O SR._____ - **R** – Isso. Mas se o elemento de despesa for o 51 é construção.

O SR. MILTON LEITE – É construção?

O SR._____ - **R** – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Qual que é?

O SR._____ - É a obra propriamente dita.

O SR. MILTON LEITE – Eu localizo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Está aqui, no 3400: construção, requalificação e reforma de equipamentos culturais.

O SR. MILTON LEITE – Não, não é. É de corredores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – De corredores que V.Exa. quer?

O SR. MILTON LEITE – De corredor, eu te dou elementos de despesa.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Se for da Água Branca.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Implantação e requalificação dos corredores, 3378.

O SR. MILTON LEITE – Tá aí, 3378. Tem outra que é de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem 58 milhões.

O SR. MILTON LEITE – É 3378, o senhor tem 58,584 milhões, aberto em três rubricas: 3900, na 5100 e 6100. O recurso matriz é 08, ou seja, ou é fundo ou é operação urbana, só que o senhor não especificou quais. Quando o senhor tem duas operações urbanas para uma mesma, por exemplo, implantação e requalificação de terminais urbanos 0808. E porque estou falando isso?

Quando diz terminais urbanos, requalificação, entendo que o senhor fala dos terminais existentes, e são objeto de PPP, de licitação para concessão de exploração deles. Nós já aprovamos uma lei para concessão, então, para que vou aplicar dinheiro lá? Nos terminais novos ou atuais, Secretário?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Isso é Fundurb. Não é operação urbana. Aqui é Fundurb.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A 3378 é Fundurb.

O SR. MILTON LEITE – A pergunta permanece, Secretário: a que terminais se refere? É que o senhor não entendeu.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Infelizmente eu não tenho esse dado aqui.

O SR. MILTON LEITE – Pois é. Nós temos 29 terminais para os quais autorizamos, por lei, a concessão, a privatização deles. Aprovamos uma lei para a privatização dos terminais. Se vamos privatizar, porque vou gastar dinheiro neles? Ou são novos? Quando falei em requalificação é a dúvida, só essa Secretário.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Eu não saberia, de fato, responder, teria de pegar, de fato, exatamente a aplicação. Imagino que isso seja, de fato, a requalificação de corredores existentes, adequação para melhorias de funcionamento que devem ser feitas, independente da...

P - Até a concessão?

R – Não temos um horizonte, de fato, dessa concessão, ainda está em discussão, portanto, urge que essas obras sejam feitas e são obras que ficarão perenes, independentes da concessão, porque são melhoramentos da própria condição operacional desses corredores.

P – Quando eu falava da Secretaria é a Operação Urbana Água Branca. Está aqui ó: a 3378, da Água Branca, na Secretaria, o senhor tem 60 milhões. A requalificação, aí, assim, Caio?

O SR. CAIO RIOEI YAMAGUCHI FERREIRA– Caio.

O SR. MILTON LEITE – Caio, aqui, então, na 3378, o senhor tem 60 milhões, abertos na 5100. São 60 milhões para implantação e requalificação, mas o senhor tem a intervenção também da Ponte Água Branca. Eu queria entender se é a montante ou a juzante dele, se é a cabeceira, de um lado ou do outro, o que é?

Em cima, na 3382, o senhor tem 82 milhões para construção da Ponte Raimundo Pereira de Magalhães que é 0808, aqui, é Operação Urbana Água Branca, porque a matriz dela é a 3720. Está correto, Caio.

O SR. CAIO RIOEI YAMAGUCHI FERREIRA – Caio, Secretário Executivo do Fundurb.

O SR. MILTON LEITE – Aqui é Operação Urbana Água Branca.

O SR. CAIO RIOEI YAMAGUCHI FERREIRA – Essa discriminação, nós não temos acesso ao plano de obras de Siurb, então, assim, quando a dotação vem e Siurb nos apresenta, nós consolidamos e apresentamos. Então, assim, para pormenorizar e esclarecer os questionamentos de V.Exa., precisaríamos aprofundar.

O SR. MILTON LEITE – Depois, o senhor deixa o telefone, do senhor e equipe, eu ligo e tiro a dúvida. Não adianta, melhor gastarmos uma hora, ao telefone, para poder esclarecer. Não vou ficar debatendo com a população desejosa de falar.

Tenho dúvidas atinentes ao projeto de lei orçamentária, porque, veja, pode estar sobrando ou não recursos, ou mesmo estarem destinados, não digo de maneira errada, mas equivocada até. Isso ocorre, Secretário, é comum isso ocorrer. Não tem nenhum problema a gente corrigir e é para isso que a Câmara tem uma equipe e vai tentar buscar.

Vou pedir para a minha assessoria conversar, mas eu ligo. Não vou ficar debatendo publicamente rubricas técnicas porque a população e aqueles que nos assistem sequer vão entender. Eu vou deixar as perguntas macros e vou passar aos demais Vereadores.

Devolvo a palavra ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Vereador Milton Leite.

Tem a palavra o nobre Vereador Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado. Boa tarde, Sr. Secretário, Srs. Vereadores e público presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Antes do Vereador fazer as perguntas, quero encerrar as inscrições dos presentes para as perguntas ao Secretário.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vou fazer apenas uma pergunta por que estamos aguardando a presença do novo secretário.

Partindo do princípio que esta secretaria desenvolve estudos e projetos técnicos e políticas públicas visando dar suporte às secretarias executoras e implementadoras dessas políticas, por que constam recursos para execução física nas seguintes obras: intervenção do sistema viário, 315 milhões; intervenção de controle de cheias, 84,8 milhões; urbanização de favelas, 374,2 milhões; construções na Ponte Raimundo Pereira Magalhães, 82,1?

Não seria razoável que essas obras ficassem diretamente consignadas nas respectivas secretarias executoras? Mesmo porque, conforme estamos verificando na

execução orçamentária deste ano, há baixa execução. Veja, a intervenção do sistema viário foi liquidado 69%, a intervenção de controle de cheias foi liquidado apenas 50%, a urbanização de favelas foi liquidado apenas 35% e a construção da Ponte Raimundo Pereira Magalhães foi 0% liquidado.

São essas as minhas perguntas.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Mais uma vez, esclarecer que a nossa secretaria só faz a gestão dos recursos e não da execução que compete, ainda, a cada uma das secretarias afeitas.

Então, a Sehab é responsável pela execução de todas as obras ou ações da política habitacional. Então, isso simplesmente são o controle e a gestão do fluxo financeiro. A execução continua com as secretarias, como o senhor apontou.

P – Mas não seria razoável a secretarias executoras ficarem com o orçamento?

R – Mais uma vez, o que nós estamos vendo é que como as obras são complexas, significa que dizem respeito a mais de uma agenda, quando a gente canaliza, a gente desapropria, retira pessoas que estão morando em área de risco, pagamos aluguel social e ao mesmo tempo fazemos vias relacionadas a transporte. Não é uma obra de uma única pasta. Então, uma visão e uma gestão articulada se tornam mais importante e produtiva do que desmembrar uma obra em vários pequenos orçamentinhos e assim por diante. Essa é a tônica.

P – Essa baixa execução do orçamento que verificamos neste ano não seria por conta dessa burocracia que foi criada?

R – Não. Não é burocrático. Inclusive, o fluxo financeiro de alocação dos recursos é parte mais rápida e fácil de todo o processo. Um dos principais gargalos na execução tem sido, por exemplo, toda a morosidade do sistema judiciário na desapropriação dos imóveis.

Então, um imóvel na extensão de uma avenida ou de um córrego que não consegue ter a DUP realizado interrompe todo o fluxo de obras. Esses são os principais gargalos e não a simples gestão financeira porque isso é uma questão de horas, dias para ser

resolvido. Não há comprometimento nesse sentido e não é um sistema burocrático, só é um sistema integrado que permite um melhor controle e, dessa forma, permite que a gente possa mais uma vez no final de um ciclo de investimentos fazer mais com o mesmo dinheiro porque não se perde com gasto ou otimizasse a perda do custo financeiro do atraso da execução de todas as ações.

P – Sr. Secretário, temos verificado que com relação ao projeto intervenções e controle de cheias e bacias de córregos, uma obra de grande significado para a Cidade, foram cancelados 230 milhões na fonte. Acredito que não é só a questão da desapropriação, mas a falta de vontade política em liberação de recursos.

R – É difícil a gente imaginar que um gestor público ou um político não tenha desejo de executar e realizar. Essa é um desejo básico de todo e qualquer político. A realização, se ela está aquém, ela se deve a fatores externos e não ausência de desejo político. Isso seria um suicídio para qualquer político. Pelo contrário, quer se fazer, necessita-se fazer e isso é bom para todo mundo. Não há porque postergar investimentos na Cidade. Existem inúmeros gargalos que vêm criando certas dificuldades na execução desses recursos e isso também não é algo apenas desta gestão, está colocada em várias gestões e não apenas municipais.

P – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador Nomura.

Sr. Secretário, tenho quatro questões. Queria começar com a questão do GeoSampa. O GeoSampa é a meta?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Meta 111.

P – Ok. O senhor disse que o aumento da rubrica de manutenção e sistema de informação e comunicação é porque inclui o GeoSampa.

R – Sim.

P – Temos 3408, que é o desenvolvimento do sistema de informação geográficas do Município de São Paulo, que entendo ser a meta 111.

R – Sim.

P – Nessa rubrica temos mais 1.940 milhão. Confere? Então, temos dois valores para o mesmo projeto?

(NÃO IDENTIFICADO) – Só para a gente esclarecer. Quando você fala na 2171, estamos falando na sustentação desse sistema.

P – Você sabe me dizer qual o valor da sustentação desse sistema, o aporte dele?

R – Dentro da Prodam?

P – É.

R – Cerca de dois milhões. É o aumento do recurso deste ano para o ano que vem.

P – Então, vocês tinham atualizado 5.809 milhões e estão indo para 7.500 milhões.

R – Isso.

P – É menos de dois.

R – Isso.

P – Esse 1.940 é para quê?

R – Para o desenvolvimento do sistema. Então, uma coisa é a gente alocá-lo em um servidor que posso ter acesso irrestrito à população da Cidade, que consiga acompanhar um fluxo de dados intenso e também se desenvolva como um projeto que gere uma ferramenta de trabalho para o servidor e a outra coisa de 1.900 é o desenvolvimento e o aprimoramento desse sistema.

P – Então, a gente pode dizer que esse sistema com a Prodam e mais o que vocês vão precisar vai custar em torno de 3.940 milhões no ano de 2016.

R – Somando-se desenvolvimento e sustentação no ano de 2016. Perfeito.

P – Segunda questão, Sr. Secretário, V.Exa. falou do Arco Tietê na sua apresentação, que é a meta 123. Minha pergunta é a seguinte: se o senhor pudesse discorrer um pouco sobre o Arco do futuro, que pressupõe o Arco Tietê, o Arco Leste, o Arco Sul. O senhor falou mais do Arco Tietê. Qual é a situação das outras áreas do Arco, o senhor podia

só atualizar aqui a comissão?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO - Arco Tamanduateí, o projeto de lei será encaminhado em dezembro, como nome Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.

Em relação ao Jacu-Pessegue, eixo de desenvolvimento Jacu Pessegue, também será, aliás, já está na Câmara o projeto de alinhamento viário que é uma obra, um PL, muito importante para garantir a construção da infraestrutura básica para que, de fato, se possa ter o desenvolvimento esperado, sobretudo do setor industrial.

Em relação ao Arco Tietê – Água Branca foi já sancionada, já está em curso o desenvolvimento de toda a transformação do Setor A1, onde, hoje, se instala a CET, teremos mais de mil unidades de Habitação de Interesse Social, mais uma unidade de CEU, mais a futura sede de comando de toda inteligência de tráfego da Cidade.

O Arco Tietê também está em discussão uma concessão, uma MIP, voltada à concessão do Anhembi, com construção de uma nova arena, além da ampliação das instalações. No âmbito da SP Urbanismo estamos realizando os estudos de novas intervenções urbanas dentro desse grande território, em especial o território da Lapa que é muito importante, porque é o primeiro que receberá uma nova linha de metrô; e o PL de alinhamento viário de todo o sistema estrutural, apoio do norte e apoio do sul, virá para essa casa também em dezembro.

Já renovamos, e foi aprovada a Operação Urbana Faria Lima, amanhã teremos um novo leilão para venda de cerca de 150 mil títulos que nos permitirão, não apenas continuarmos as obras inicialmente previstas, como também ampliarmos os investimentos em moradia popular em toda requalificação do eixo da avenida Santo Amaro.

Enviaremos também, em dezembro, um projeto de lei para atualização, revisão, da lei da Operação Urbana Consorciada Águas Espreiadas e, ao mesmo tempo, fizemos apenas algum diagnóstico relacionado a Jurubatuba, cuja meta é para 2017, de acordo com o Plano

Diretor e, justamente, iniciaremos, agora, em 2015, os estudos mais substantivos para prepararmos o projeto urbanístico para ser enviado à Câmara, em 2017.

E estamos em conversas com o Ceagesp e o Ministério da Agricultura justamente pensando hipóteses de transformação da área do Ceagesp e quando ele vier a sair da cidade de São Paulo. E, dessa forma, fechamos o Arco do Futuro em todos os seus segmentos de arco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – O senhor permite um aparte ao Vereador Milton Leite, e depois eu queria incluir uma outra questão. Com a palavra, Vereador.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, com relação às operações urbanas Água Branca e Águas Espreiadas.

Primeiro, Água Branca. Nós estamos estabelecendo, no âmbito da Comissão de Fianças, a subcomissão para estudarmos os problemas da operação Água Branca, ou seja, porque ela se desenvolve ou não, e até por que ela para.

A Água Branca, ficou nítido, com os setores, que fizemos audiência e o senhor enviou representantes, de que os valores dos Cepacs estão exorbitantes naquilo que eles entendem que tenha viabilidade econômica para os projetos em que os empresários que estejam na região, para aqueles que pretendem investir, e que tem dinheiro, praticamente o dobro, ou próximo disso.

A pergunta é: não teríamos de fazer uma abertura dessa revisão de preços dos valores da Água Branca? Ou nós ficaremos com um monte de papel e não venderemos Cepacs nenhum?

Chega um momento, um erro eu acho, e aí avalio e culpo a Câmara, de fixar limites, quando deveríamos dar banda de mercado para que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano assim praticasse o preço de mercado. Acho que a desregulação passa por isso e que se permita uma nova realidade de mercado.

Se não, as pessoas ficam esperando a ponte Raimundo, urbanização, o que não

vai ocorrer, porque vendemos dez milhões no primeiro leilão e não vamos vender mais a curto prazo, a não ser em emergência.

E, na Águas Espraiada, a pergunta é Secretário: vamos iniciar os túneis, não vamos, iniciamos o emboque, vamos fazer HIS, o que vamos fazer lá, 2016 – 2017? Pelo terminando em 2016, iniciando em 2017.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO - Bairros do Tamanduateí, em função da experiência da Água Branca, o valor de partida dos Cepacs está calculado de forma a ele equiparar com a outorga dos bairros imediatamente vizinhos.

P - Lindeiros, vizinhos.

R - Vizinhos, de forma que não haja competição no primeiro momento. Aí, depois, o mercado vai estabelecer o valor de chegada. Mas o de partida não vai apresentar nenhuma sobretaxa em relação ao valor original de outorga, o que não aconteceu no Água Branca, é bom lembrar que enviamos o projeto de lei para essa Casa com valor bem abaixo do que depois foi apreciado aqui.

O problema de... nós até concordávamos com uma revisão do preço do Cepac da Água Branca, entretanto, isso é regulado pela CVM e um dos critérios dessa regulação, dos acordos feitos com a CVM, é que nunca um novo leilão pode ser realizado a valores inferiores do último leilão, porque isso seria uma ação de *dumping* de desvalorização de títulos já vendidos e garantidos pela CVM.

P - Secretário, por isso que estou dizendo: se tivermos que assumir o prejuízo com dez milhões e caucionar, até para que se reabrisse os valores, o momento é agora. Se o senhor vende mais 30, torna-se inviável a operação. Daí vamos ficar que não vamos cumprir a lei, o mercado não compra, isso ficou bem claro aqui, nós não compramos.

O momento é de buscar solução jurídica e talvez a Prefeitura rediar(?) os dez milhões, reabrir os mesmos valores ou ampliar os créditos com os valores do leilão, renegociar essa posição e vir para uma realidade de mercado. Ou não teremos, Secretário – ficou muito

claro aqui -, temos de construir uma solução, talvez, agora, até pelo pequeno valor, dez milhões é muito, mas é facilmente administrável, mas as empresas que estão lá, tenho certeza, se disporão a administrar e renegociar isso e uma nova abertura com a CVM, dentro de uma nova realidade. Seguramente, não venderemos, Secretário.

Clamo ao senhor para construir a solução, a saída, para que nós possamos dar prosseguimento. As obras são importantes, mas não vão acontecer.

R - Acho que sua colocação procede, é uma questão fundamentalmente jurídica e merece ser estudada sim.

O SR. MILTON LEITE - Estamos no aguardo da Águas Espriadas, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Secretário, só por fim, vou juntar aqui as outras duas. Observei que algumas rubricas, por exemplo: Fábrica do Samba 1032, em que 2015 foi orçado 40 milhões, tivemos atualizado três, mas não houve a execução. Vou falar das três, e aqui, temos mil reais, possivelmente, só para ter a rubrica.

Depois, a rubrica 2572, que também deixa de ter recursos da Secretaria. O que acontece com essa – deixe eu achar a 2572 – é a questão de Difusão, Fomento, Pesquisas, não, desculpe. (Pausa) Construção da Fábrica de Samba eu já falei.

A outra é 3377, que é do Fundo de Desenvolvimento Urbano, que também acontece a mesma coisa: Implantação de vias cicláveis – ciclovias, ciclofaixas e ciclorotas, tinha recurso, não tem nenhuma liquidação até outubro de 2015, e aí ele aparece apenas com mil reais. Então Fábrica do Samba e essa questão do fundo, na implantação. Falta uma que é a 2572 que eu, confesso, anotei errado. É isso, Secretário, são essas duas. Se o senhor puder explicar qual foi a lógica para esses dois casos.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO - Em relação a esse recurso de vias cicláveis e tal, isso é Fundurb.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A 3377 é fundo.

O SR. _____ - Vereador, sobre a reimplantação de vias cicláveis,

ciclovias, ciclofaixas e ciclorotas, que aparece com mil reais, é o valor mínimo para a ação orçamentária existir, caso ele necessite de aporte. A lógica é que esses recursos não sejam executados dentro do Fundo de Desenvolvimento Urbano e os 30% de mobilidade, regulados pelo PDE para o referido Fundo, estão destinados à Secretaria de Infraestrutura Urbana.

Essa rubrica está na Secretaria Municipal de Transportes, que tem outro Fundo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas então não teremos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

O SR. _____ - Do Fundurb, a princípio, não. Mas ela precisa existir caso haja necessidade de aporte financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - ...caso haja uma mudança. Ok. E a Fábrica do Samba?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Quanto à Fábrica do Samba, não sei se entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A Fábrica do Samba, tínhamos aqui. É uma situação muito parecida com a outra: construção Fábrica do Samba, fonte 08, 40 milhões orçados em 2015, atualizou para três milhões, não liquidou e aparecem mil reais. A pergunta é: a construção da Fábrica do Samba também continua sendo gerenciada pela Secretaria ou foi transferida e outra Secretaria vai gerenciar?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO - Não, apenas os recursos. A responsabilidade da obra é SPO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas, assim, não há recurso para 2016, a priori?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO - Faltam recursos para completar a Fábrica do Samba sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Apenas para termos clareza. Vou permitir um aparte ao Vereador Milton Leite para depois eu concluir.

O SR. MILTON LEITE – Apenas uma pergunta. Sr. Secretário, já que V.Exa. é o gestor, quanto falta para concluirmos a Fábrica do Samba?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Não tenho esse dado na cabeça.

O SR. _____ - A Fábrica do Samba, segundo Siurb, deve ter em torno de 10 a 8% para concluir, no máximo isso.

O SR. MILTON LEITE – E o V.Exa. não pode utilizar da Operação Urbana, para complementar? O senhor não tem recurso orçamentário. Não pode usar o 08 lá?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO - O recurso orçamentário da Operação Urbana Água Branca é aquele da Lei antiga da Água Branca, comprometido com obras de drenagem e moradia.

O SR. MILTON LEITE – Sim, mas eu autorizei. Como modificamos a lei, autorizei recurso para isso. Tem autorização legislativa para isso. Quando fizemos a lei, ficou autorizado isso, Sr. Secretário. Há uma cláusula na Lei da Operação Urbana que lhe permite utilizar o recurso. Não todo, mas agora esse pode. Não seria melhor abrir a rubrica e dar uma melhor estudada nisso, Sr. Secretário?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – De fato, houve uma frustração na emissão de novos Cepacs, que é de onde imaginávamos poder complementar esses recursos.

P – Eu sei, mas...

R – E disponibilizando as obras de drenagem e as de moradia, relacionadas (ininteligível)

P – Sim, mas as obras estão no fim, há dez milhões para acabar. São apenas dez milhões para acabar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Deixo um apelo ao Sr. Secretário para S.Exa. poder avaliar se não é possível conseguir ampliar os recursos da Operação Água Branca e utilizar os 10%.

O SR. MILTON LEITE – Quanto é esses nove ou 10%? Pelo menos para tentar

negociar no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quanto é os 10%? Alguém tem a referência?

O SR. MILTON LEITE – Quanto em dinheiro isso significa?

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Não sei responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vamos perguntar ao Sr. Ceron, que já chegou. Sr. Secretário, a última questão, já descobri, a rubrica é 1169 – Reforma e Acessibilidade em Passeios Públicos. Havia 2,3 em 2015, atualizou para 2,3 - não é V.Exa. que executa -, mas tem zero. E aqui há 1,2, um valor menor.

Qual é a situação com relação a essa questão? Alguém pode atualizar?

O SR. _____ - Na verdade, neste ano, a Secretaria de Subprefeituras empenhou uma série de obras para cumprir o programa do passeio público e a estratégia é a mesma da de Transportes. Fez a dotação com um valor mínimo e, se for necessário, utiliza a dotação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Mas, aqui os senhores estão deixando um valor maior, quer dizer, menor do que o orçado em 2015, mas não o de mil reais. Os senhores estão deixando 1,206 milhão. Então aqui há uma perspectiva de utilização, mas está zerado, não tem nada liquidado em 2015. O senhor tem informação sobre isso ou não?

O SR. _____ - Não, já há algo liquidado. Posso especificar depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por favor. Essas eram as minhas questões. Consulto o Vereador José Police Neto para saber se há alguma questão.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Neste momento, passo imediatamente às perguntas dos presentes.

O primeiro orador inscrito é o Sr. Fábio Siqueira, do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo e, em seguida, o Sr. Laerte Brasil.

Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos e todas, população de São Paulo, neste último ciclo de audiências públicas do Orçamento/16. Meu nome é Fábio Siqueira, munícipe da Saúde.

Saúdo os Vereadores Fiorilo, Nomura, Police, Milton Leite e Jair e o Secretário Fernando de Mello e sua equipe de Desenvolvimento Urbano.

Essa Secretaria é um pouco *sui generis*, pois tem muitos valores e muita coisa que não é executada. Talvez a Secretaria SDU seja a rainha da descontinuidade. Explico o porquê. Em 2013, houve um orçamento liquidado para o desenvolvimento da Operação Urbana Rio Verde e Jacu-Pêssego no valor de quase 4 milhões de reais. Essa operação abrange a região de Itaquera, próxima a São Miguel Paulista. Não falaram aqui sobre essa operação urbana. Será que ela foi arquivada? Isso porque no ano passado houve uma Copa do Mundo realizada na região e prometeram-se mundos e fundos urbanísticos para Itaquera e região. Gastou-se, em 2013, 4 milhões e agora a operação urbana sumiu da zona Leste.

Como também, ao que parece, pouco é utilizada – até a Conselheira Socorro pediu para perguntar, porque não pode comparecer – a questão do urbanismo na região de Itaquera, na região carente, do miolo da Vila Carmosina, Vila Regina. Realmente essa é uma região paupérrima e parece que essa Secretaria por lá não aparece. Por que não esses projetos, essas pesquisas urbanísticas, nada disso, a população nem sabe do que se trata.

Por isso gostaria de saber quais são os projetos para o Distrito de Itaquera, especialmente para essa região carente, não a região próxima ao Corinthians, que está mais aquinhoadada, mas a região carente de Itaquera e a região pobre de pequeno IDH.

Falando nisso, quero comentar uma questão bastante importante, a começar da execução orçamentária, pois consta no relatório orçamentário, já passando para 2015, que a dotação orçamentária para requalificação de bairro centralidade, região Operação Urbana Água Branca, 67 milhões. Nada foi executado. Dotação para Difusão, Fomento e Pesquisas

Aplicadas para a Gestão Participativa e Desenvolvimento Urbano, 2572, execução: 20%. Em média teria de ter sido para cima de 80, porque o orçamento é até outubro.

Fundurb referente à Secretaria de Desenvolvimento, em 2013, nada executado; em 2014, nada executado e 2015, nada executado. Por que essa dotação que atenderia a todas as 32 Subprefeituras, porque diz respeito a projetos de qualificação do espaço público implantados, 3352, nada foi executado? Empenho de medíocres 110 mil reais.

Para concluir, queria perguntar a respeito da injustiça que a vossa Secretaria faz com a questão da Habitação, pois na Operação Urbana Água Branca, para a questão habitacional, foi liquidado 130 mil reais e para urbanismo 77 milhões. Foram 70 vezes mais para urbanismo e a população da rua Bento Bicudo da Lapa, da Vila Leopoldina, sem casa popular para morar.

Quero encerrar com uma dura crítica. Os senhores realizaram audiências públicas da Operação Urbana Tamandateí e esqueceram o Cambuci, um bairro existente há 107 anos, e não foram realizadas audiências públicas lá. Houve na Mooca, no Ipiranga e o Cambuci foi riscado do mapa.

Por fim, os senhores desconhecem a cidade de São Paulo. Realizaram audiência do sudeste, na Uninove da Vergueiro, Subprefeitura da Sé. Peço encarecidamente que os senhores respeitem a cidade de São Paulo e executem melhor o seu orçamento.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil, o último inscrito, depois passaremos às respostas.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da CGSTP, que é a União Geral Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil e Presidente da Confe São Paulo Trabalho e Empreendedorismo.

A cidade de São Paulo tem um PIB de 436 bilhões de reais, representando 13% do PIB Nacional e 40% do PIB paulista, mas é uma metrópole injusta, porque quase 1,2 milhão de

famílias hoje na cidade de São Paulo mora em áreas desumanas e totalizam 4.323 milhões de pessoas. Isso significa que um terço da sociedade paulistana mora em favelas, cortiços, ocupações irregulares e conjuntos irregulares. Isso significa a população de Salvador, Brasília e Belo Horizonte.

Nas 45 audiências públicas da Lei de Zoneamento apresentamos a tese da regularização fundiária e a outorga de título de propriedade para as famílias. Nas 42 audiências públicas do PDE apresentamos uma tese das cotas de solidariedade.

Minha pergunta é a seguinte, das 55 mil casas, só foram entregues oito mil casas até agora. Da regulamentação fundiária, que apresentamos uma tese para a meta do governo Haddad, de 250 mil terrenos que citei só foram regulamentados cerca de quatro mil. Tem uma verba para regulamentação fundiária e construção de HS de 14.723 milhões. Para um programa da Casa Paulistana, 21 milhões. Com essa verba o Prefeito Fernando Haddad vai conseguir cumprir as 55 metas da Minha Casa Minha Vida? Pelo menos, 25 mil de regulamentação fundiária na cidade de São Paulo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado. Vou passar para o Secretário. Fábio, se você me permitir uma observação, o Cambuci foi fundado em 1906. Portanto, ele tem 109 anos. Estou trabalhando com a fundação oficial.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Com relação à questão do Laerte Brasil, a política habitacional não é de competência específica da SMDU. Isso é de competência da Secretaria de Habitação. De qualquer forma, todos sabemos da dificuldade de repasses de recursos federais do Minha Casa Minha Vida para a cidade de São Paulo e todos sabemos também do que houve, do ponto de vista do comprometimento do IPTU, que também dificultou as contrapartidas do Município para receber os recursos federais.

De fato, você tem razão. A meta de 55 mil unidades é uma meta, infelizmente, difícil de ser cumprida, mas grandes avanços estão sendo realizados. Acreditamos que esses

avanços serão acelerados até porque, a partir deste momento de renegociação da dívida, São Paulo se encontra em uma situação muito mais favorável podendo, inclusive, voltar a ter endividamentos para investimento nas políticas que assim desejar.

Em relação à Operação Urbana Rio Verde-Jacu, houve um equívoco de partida na contratação desses estudos ainda na gestão anterior porque foram contratados estudos para a elaboração de uma Operação Urbana. O que é uma Operação Urbana senão um instrumento? O foco propriamente não foi de um estudo ou de um projeto.

A gente inverteu essa lógica no Plano Diretor. Toda e qualquer instrumento urbanístico é uma decorrência de um estudo de um Projeto de Intervenção Urbana, o PIU, e esse estudo é que vai determinar o melhor instrumento para viabilizá-lo.

A conclusão dos estudos realizados na Rio Verde-Jacu, por responsabilidade do escritório de Jorge Wilhein, escritório de extrema competência como todos sabemos, chegou à conclusão de que o instrumento Operação Urbana não se viabiliza naquela região. Por quê? Porque, de fato, é uma região carente e a lógica da Operação Urbana e da emissão de Cepacs é uma lógica que pressupõe uma confiança no mercado de que investimentos públicos acontecerão de acordo com o projeto de lei e o mercado se predispõe a antecipar os recursos.

Entretanto, é uma região que precisa de investimentos diretos do governo para oferecer uma condição mínima para a partir da qual o mercado se comprometa e se interesse por antecipar recursos, ou seja, as conclusões dos estudos do escritório de Jorge Wilhein mostraram que o instrumento Operação Urbana não se adequa ao contexto atual daquela região.

De fato, Fábio, você tem razão. É uma secretaria *sui generis* e eu entendo isso como elogio e agradeço porque se nós, de fato, abdicamos dos recursos previamente estimados para a SMDU no Fundurb favorecendo outras políticas que naquele momento, diante do quadro de restrição orçamentária, julgamos mais importantes.

Ainda assim, isso não impediu que a Secretaria, de forma *sui generis* realizasse a

contento, de forma muito bem sucedida, a revisão do Plano Diretor, que é um trabalho hercúleo, que entregasse o projeto de lei de revisão do orçamento, o projeto de lei da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, revisasse as Operações Faria Lima e Águas Espraiadas, realizasse os estudos do Arco Tietê, entre outras.

Portanto, esses recursos não comprometeram a capacidade de realização das metas da Secretaria, o que de fato a torna uma secretaria *sui generis*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok. Agradeço ao Sr. Secretário, sua equipe, o Caio, o Marcos Fialho e o Felipe.

Vou suspender a sessão para que Presidente da Comissão possa reassumir os trabalhos e liberar o Sr. Secretário e sua equipe.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a presença de todos nesta que é a última audiência pública que realizamos nesta fase instrutória. Agradeço a presença do Secretário Ceron, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico, que peço para tomar assento ao meu lado, também já deixo à disposição para que a sua assessoria possa lhe acompanhar neste diálogo com a sociedade que promoveremos no dia de hoje como o senhor conhece muito bem a fórmula da atuação, a ideia é que uma breve apresentação possa ser aqui apresentada para introduzir a sociedade que nos acompanha pessoalmente ou pelos nossos canais digitais, pois estamos transmitindo ao vivo pela internet a ideia é que todos tenha a noção dos grandes números e dos números que o Sr. Prefeito ofereceu para a Cidade de São Paulo e a distribuição nas pastas que sejam para atividades, sejam para projetos, portanto, o que temos de investimento e o que temos de custeio na Cidade de São Paulo.

Então, passo imediatamente a palavra para o V.Exa. possa fazer sua apresentação, depois teremos a condução do relator, depois do relator teremos a oportunidade de... tem a palavra o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Há poucos instantes eu dialogava com o Secretário e

S.Exa. me dizia da restrição de tempo. Então, para que os presentes pudessem formular as questões para o Sr. Secretário eu proporia uma inversão de ordem, considerando o pouco tempo que o Sr. Secretário poderá ficar aqui, que todos formulassem as perguntas, o Sr. Secretário respondesse, aí sim no debate técnico poderemos fazer com toda a equipe que está aqui, são dez técnicos da Secretaria de Finanças, daí poderemos prosseguir no debate. Eu encaminho dessa forma, que os presentes formulem as questões que se fazem necessárias e nós dos debates técnicos que é uma matéria muito técnica nossa de Orçamento. Aí liberamos os que quiserem ir ou os que desejarem assistir o debate poderão fazê-lo.

Consta da pauta de hoje como último item da pauta o Tribunal de Contas. Eu vejo sempre o Noé e o Figueiredo e indago se o Presidente Braguim virá, se não vier, eu não farei a oitiva deles e vou dar o prosseguimento da forma que encaminhei, pois mencionei que se não viesse defender a Peça Orçamentária eu tomaria as medidas que aqui propus nesse microfone. Se S.Exa. não vier aqui para defender, então, há tempo de vocês entrarem em contato, até o final do dia vou estar aqui. É preciso que venha aqui, ou vou tomar as medidas cabíveis e outras decorrentes dela. Não vai parar só por aí. O Presidente Braguim, eu respeito a posição de S.Exa., mas não concordo. Outrossim entendo que deva aqui comparecer e debater os assuntos dos tribunais. À medida que não mantém o diálogo com esta Casa, aquilo que é um órgão de auxílio desta Casa, Há prejuízo em todos os campos, não se leia o prejuízo financeiro, que será menor nas escalas porque o Tribunal começa a trilhar para um caminho muito ruim aqui na Câmara Municipal. A primeira é a perda de receitas que não de ocorrer porque não haverá recursos daquilo que foi encaminhado.

Então, devolvo a palavra, Sr. Presidente, se não vier, não vou ouvir, não tenho mais o que falar. Respeito-o, é uma excelente pessoa, mas é preciso fazer a defesa política da Peça Orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Acho absolutamente pertinente que a gente faça a apresentação do Secretário, que escute a população que está aqui conosco, por

isso já coloco a nossa equipe à disposição para que se façam as inscrições tão logo encerre a apresentação do Sr. Secretário escutaremos os questionamentos da sociedade que se reúne hoje aqui na Câmara e depois devolveremos a palavra ao Sr. Secretário para as conclusões finais, passando a palavra para o relator com a equipe técnica que continuará o debate.

Tem a palavra ao Sr. Secretário Rogério Ceron de Oliveira.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Só um esclarecimento adicional que acho importante. Sempre estou à disposição da Casa em todas as audiências públicas eu faço questão de participar, não importa se dura 3,4 ou 5 horas seguidas. Já tivemos debates longos aqui nesta Casa. Infelizmente, hoje houve um remanejamento de agenda e a audiência pública que estava marcada para a semana passada foi marcada para esta semana no horário que fica bastante apertado com outro compromisso institucional. Então, infelizmente, com pesar terei de ser breve, mas toda a equipe está aqui e vai poder dar todo o suporte e prestar os esclarecimentos que forem necessários, levar as questões que não puderem ser respondidas agora e responder no momento oportuno. Vou tentar ser o mais breve possível na apresentação, abrir um pouco o espaço para algumas perguntas e depois realmente terei que me ausentar. Peço desculpas, mas peço a compreensão e estou sempre à disposição aqui da Casa.

- Orador passa a referir-se a imagens em tela.

O SR. ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA – Uma visão geral de como está composta a Peça Orçamentária, ou qual é o bolo de recursos que nós estamos prevendo para trabalhar no exercício de 2016. Do ponto de vista das receitas correntes da ordem de 42,3 bilhões de reais e receitas de capital a ordem de 8 bilhões, perfazendo um total de 54,4 bilhões reais de Orçamento.

Alguns destaques para permitir a compreensão da Peça. Dívida Pública. Um tema bastante discutido aqui na Casa, finalmente, o município depois de anos batalhando com isso conseguiu a renegociação desse contrato, por meio de uma lei complementar, LC 148/14, que

depois foi complementada pela LC 151/15. Como isso os desembolsos que o município faz anualmente de cargos de juros e amortização dessa dívida vai se reduzir a partir do exercício de 2016. Isso foi incorporado na proposta, tanto essa redução quanto a devolução dos recursos que foram depositados em juízo nesse exercício. Esse é um tema que viemos discutindo, mas bem resumidamente, o município vai conseguir um desconto na dívida pública que possui com o Governo Federal e a partir de então os desembolsos vão ser menores. Hoje o município desembolsa algo como quatro bilhões no total de juros e amortização. Vai passar a desembolsar algo próximo de três bilhões. Então, temos uma economia de um bilhão de reais, que está posto na Peça Orçamentária para ser alocado entre as diversas necessidades.

Educação. Acho que é um destaque importante na Peça Orçamentária já se prevê o atingimento de 33% da receita de impostos, do que já consegue atingir a meta do PNE. Isso provavelmente irá acontecer no próprio exercício de 2015. Saúde também há uma previsão recorde de alocação de recursos de quase 20% e é um destaque para a participação popular, a realização das audiências nas 32 Subprefeituras e rodadas de prestação de contas no Sepop (?).

Aí é um pouco do balanço da participação social, um pouco mais de 2000 participantes, em 32 atividades em cada subprefeitura, a participação on-line que foi também uma novidade, foram 707 contribuições recebidas pela internet. Não demanda o comparecimento presencial e permite que todos os cidadãos da Cidade possam fazer sua contribuição on-line e isso conjuntamente com as (ininteligível) presenciais, o que permite um conjunto de possibilidades para o debate. E todas as considerações, prioridades eleitas no Conselho Participativo, foram discutidas com cada Secretaria.

Em relação à questão da despesa, como o Orçamento, aqueles 54 bilhões de reais estão alocados? O pessoal em cargos sociais do município, todo o pessoal, Educação, Saúde, e todas as demais áreas, um total de 20,5 bilhões de reais. Juros e encargos da dívida, só a parte de encargo corrente, 1,3 bilhões, outras despesas correntes, que é a maior parte, 22,6

bilhões. Investimentos da ordem de quase 8 bilhões de reais, inversões financeiras de 46, amortização da dívida de 2 bilhões o que somado com os encargos de juros e dívidas dá 3,3, que é o que eu havia mencionado e uma reserva de contingência de 165 milhões perfazendo 54,4 bilhões em Orçamento.

Aqui só uma visão. Os 54 bilhões de reais é composto por diversas fontes de recursos. A maior delas, que responde por 65%, são as receitas oriundas de recursos próprios, ou seja, a parte tributária, ou as receitas que não tenham uma vinculação específica. Então, o que nós normalmente nomeamos como fonte 00, recursos do tesouro municipal.

Fonte 01, operações de crédito, o Município, em razão até desse contrato de endividamento, tinha pouco ou quase nenhum espaço para celebração de novas operações. Estão previstas, na peça orçamentária, as pequenas exceções que existem para os entes que não estavam cumprindo os limites de endividamento.

A partir do exercício de 2016, o Município pode pleitear novas operações de crédito, mas o trâmite para realizá-las consome alguns meses, muitas vezes mais de um semestre, por isso não está contemplado na peça, porque não é algo provável de acontecer em 2016.

Quanto a transferências federais, principalmente recursos de convênios e PACs, 6,6 bi. Transferências estaduais, 686, aqui principalmente os recursos das transferências da Sabesp. Há um acordo entre o Município e a Sabesp, do qual ela repassa 7,5% da receita auferida na Capital para obras de saneamento.

Com relação ao Fundeb, que vai para a Educação, 3,7. Outras fontes, 122 milhões, principalmente Fumcad. Recursos próprios da Administração Indireta, 3,3; recursos da 08, que abrange todos os fundos municipais e operações urbanas, quatro milhões e fonte 09, recursos de empresa dependente, no caso aqui a Cohab, 96 milhões. E aqui perfazendo os 54 bilhões. É outra forma de visualizar a distribuição dos recursos.

Por fim, a distribuição por função para também permitir um terceiro olhar de como a despesa está sendo alocada. A Educação é a maior consumidora dos recursos, com 33% da

receita de impostos, o que perfaz 11,2 bilhões. Na sequência, Saúde com 9,4; Previdência Social, envolvendo toda a parte de inativos do Município, com 9,4 e a função Urbanismo com seis bilhões. Encargos especiais; basicamente pagamentos e encargos de dívidas e precatórios, 4,3; Habitação com 1,7; Assistência Social, 1,3 bi; Saneamento, 1,3 bi; Administração, que são áreas meio da Prefeitura, 916 milhões. A função legislativa, Câmara Municipal e Tribunal de Contas do Município, 852 milhões; Cultura, 717; Desporto e Lazer, 652; Segurança Pública, 528; Gestão Ambiental, 274 e o conjunto das outras funções, 980.

Essa foi uma breve apresentação, apenas para tentar contextualizar um pouco da Peça Orçamentária, enfim, de como esse bolo de recursos, de onde vem e como essas receitas são compostas e distribuídas entre as diversas funções. Há vinculações, é claro, que são legais, mas a tentativa foi de dar um enfoque do ponto de vista global de como essas despesas estão alocadas.

Agora fico à disposição, brevemente, para alguns questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a exposição inicial do Sr. Secretário.

Há pouco mais de dez inscritos e na fala do primeiro, o Rapper Pirata, vamos encerrar as inscrições. Os próximos oradores são os Srs. Jesus dos Santos e Fábio Siqueira.

Com a palavra o Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Boa tarde. Cumprimento todos os Srs. Vereadores.

Sr. Secretário, peço que tire da Segurança Pública e do orçamento do Theatro Municipal, porque tem bastante grana e como discutimos a respeito da crise, existe também a geração de emprego e outros. As propostas vão culminar na geração de emprego através da Cultura.

Queremos uma proposta orçamentária para destinar - já dialogamos com o Sr. Secretário -, 2 milhões para a construção da Casa de Hip Hop do Centro. Temos uma proposta

para a peça orçamentária de destinar recursos de 20 milhões de reais para a Lei do Fomento da periferia. Também temos a proposta de destinar recursos de um milhão de reais para a Semana de Hip Hop pela Secretaria de Cultura. Esse é um evento que acontece no mês do Hip Hop, todo ano, é lei. Não falar de congelamento e como vai ter superaquecimento, peço para não congelar essa parte, porque o superaquecimento vai evitar isso. Também a proposta de destinar 1 milhão de reais da Secretaria de Cultura para a Semana de Hip Hop e a proposta orçamentária do Vocacional de Hip Hop, são 2 milhões da Secretaria de Cultura. E destinar também 2 milhões de reais para as ações voltadas para a implementação da lei 10.639, que esse mês reforça mais, é a lei que discute as questões raciais do país, discute a história do próprio país. E toda essa área voltada para o hip hop, que além de discutir Educação e Cultura, também temos a questão de geração de renda com osicineiros, artistas, etc. Já há um diálogo com o Secretário de Cultura e só queremos que vocês deem prioridade para não congelar essas ideias, porque isso vai atingir a periferia.

Agora, na área de Segurança Pública em que se investe tanto dinheiro, acredito que se investir mais nessas outras áreas, a área de Segurança Pública não será problema na cidade de São Paulo. Quem tem de fazer Segurança na verdade é o Estado e o que faz é o genocídio contra a juventude pobre, preta e periférica. É isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Pirata e anunciar a Vereadora Edir Sales, Vice-Presidente da Casa, que nos acompanha nesse debate e o Vereador Eduardo Tuma, do PSDB.

Tem a palavra o Sr. Jesus dos Santos.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Jesus dos Santos, sou do Coletivo Casa no Meio do Mundo, que compõe o movimento cultural das periferias e que vem dialogando junto com o Poder Executivo e Legislativo a viabilidade de uma dotação orçamentária de 20 milhões de reais para o projeto de lei fomento à periferia que, inclusive, tramita nesta Casa.

Esse projeto de lei tem a possibilidade de abrir um canal de diálogo com parte da população que não é contemplada hoje com os equipamentos culturais, que são distribuídos de forma centralizada na Cidade. Acreditamos que esse projeto de lei irá contemplar toda a

periferia sedenta de cultura. Não essa cultura mercadológica que encontramos em cada esquina.

Entendemos perfeitamente que os Vereadores que estão aí são parceiros. Acredito que nenhum dos camaradas, dos companheiros irá deter um projeto que vem viabilizar uma nova Cidade, com nova perspectiva e nova cara.

Então esse é nosso pedido. Esperamos que seja apreciado para que em 2016 a gente consiga implementar um novo rumo para a cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Jesus dos Santos e anunciar a presença do Dr. Rafael Demarchi Costa, Procurador Geral do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que nos acompanha neste debate. Muito obrigado, Dr. Rafael.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado, Vereador Police, novamente saúdo todos os moradores de São Paulo, munícipes, como também os Vereadores Ricardo, Nomura, Fiorilo e o Secretário Ceron, mais especialmente a população de São Paulo que participou muito democraticamente de todo esse processo que hoje se encerra.

Ainda falando da questão do desenvolvimento urbano que tem tudo a ver com a pasta de Finanças, o orçamento da operação urbana Centro, a parte habitacional desapareceu. Não há rubrica. Então infelizmente a operação urbana Centro não está priorizando nada, como nunca priorizou a questão da moradia. Os cortiços aqui do Centro continuarão existindo. Faz-se uma operação urbana e vira-se de costas para a questão da moradia.

Como também a operação urbana Água Branca reduziu o seu orçamento em 5 milhões. E a operação urbana Água Espraiada, se já foi liquidado este ano 490, como colocam no orçamento 435 milhões. Então vai faltar dinheiro para a operação urbana Água Espraiada, com toda a certeza.

Para dar um resumo geral na questão do orçamento para 2016, com certeza é um orçamento regressivo, neoliberal, antidemocrático, antipopular e, sobretudo, antiparticipativo. Se só duas mil pessoas participaram do processo de orçamento é lastimável. É menos que no ano de 2014.

A Secretaria desrespeita a população. O Governo Haddad zomba da população. Caindo o número de participantes como falei aqui na primeira audiência, com um processo

viciado, absurdo, mal feito e completamente antiparticipativo, que impede a população pobre, mais carente, discutir o que a lei determina que é a questão do orçamento. E isso é claro que deu errado. Claro que a Secretaria de Planejamento desapareceu, uma Secretaria que existe há 40 anos, no orçamento do ano que vem nem será citada.

Ou seja, como o planejamento da Cidade foi relegado a um plano tão baixo, como falar em desenvolvimento, em finanças sem planejamento. O que existe desde 74, no Governo Figueiredo Ferraz, e agora sumiu do orçamento. A Secretaria de Finanças não cita mais planejamento no nome.

Então realmente é uma situação caótica que o Sr. Haddad trouxe vergonhosamente para a cidade de São Paulo. Como também trouxe a questão das subprefeituras que perderam verba. Itaquera, por exemplo, perdeu mais de 2 milhões de reais, comparando o orçamento de 15 para 16. É lastimável tirar dinheiro de onde já não tem, da população carente de Itaquera, José Bonifácio, Cidade Líder e Parque do Carmo, como também de Curuçá, Vila Jacuí e da região Leste como um todo, gravemente prejudicada pelo Sr. Haddad, pelas maldades, incapacidades do Sr. Haddad e equipe.

Incapacidade também de não entregar o Hospital de Vila Brasilândia, como o próprio Secretário Padilha falou aqui. De que adianta o orçamento de 20% na Saúde se o Hospital de Vila Brasilândia não será entregue, se não vão entregar os 20 CEUs. Quer dizer, prometem 33% na Educação e não vão entregar os 20 CEUs prometidos em 2012.

Isso é um escândalo, é um acinte à cidade de São Paulo. Como também, para terminar é um acinte o rombo na Habitação. É um rombo federal de 1,3 bilhão, verba 02 que não veio para o orçamento 2015. Como vai se reparar esse dano?

Queria que a Presidente Dilma Rousseff explicasse à nação porque está tirando 1,4 bilhão da Habitação, fonte 02, da moradia popular da cidade de São Paulo. Estamos cansados de pedaladas, de mensalões, de petrolões e de governos incompetentes como a gestão Fernando Haddad e sua equipe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Rudineia Alves Arantes, Coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares.

A SRA. RUDINEIA ALVES ARANTES – Boa tarde. Referente à questão do orçamento dos conselhos tutelares encaminhado pela Secretaria de Direitos Humanos a esta Casa, há alguns questionamentos.

Perguntar para o Secretário ou para a Mesa, na audiência pública do último dia 24, o Coordenador da CPCA encaminhou a proposta orçamentária de 22 milhões e tanto, mas também encaminhou outra proposta de benefícios para os conselhos tutelares e reajuste salarial. E queríamos saber se isso pode ser contemplado, porque há um aumento de seis, quase sete milhões no orçamento, fora os 22 milhões que vem dos orçamentos para os 52 conselhos na cidade de São Paulo. Haja vista, essa é uma proposta nossa, uma luta da classe que vem, desde o final de 2012, brigando para ter benefícios, vale transporte, vale refeição, vale alimentação e reajuste salarial, uma vez que o último reajuste foi em novembro de 2011. Passou de mil e quatrocentos para dois mil e trinta e cinco. Hoje nosso salário é dois mil reais e vinte.

Queríamos saber também por que dentro desse orçamento de 22 milhões, proposto agora pela Secretaria, em torno de 60% são gastos com serviços de terceiros de pessoa física; serviço de terceiros de pessoa jurídica e outros serviços. E aí há a questão do nosso salário e fica um pouco para material permanente e material para usuário.

Outra questão é equalizar os orçamentos das subprefeituras e conselhos tutelares. A nossa proposta é que saia, no mínimo, para cada conselho 400 mil reais, porque temos uma disparidade na cidade de São Paulo. Se observado o orçamento que a própria Secretaria mandou há uma disparidade dentro de uma subprefeitura e outra, dentro de um conselho e outro. E há conselhos que tem 200 e poucos mil reais, outros chegam a 700, 800 mil reais. Isso é um disparate e precisamos entender.

Também ver a questão desses contratos. A proposta dessa Comissão é que todos esses contratos das subprefeituras referentes à segurança, à limpeza, a contratos de carros sejam avaliados, reavaliados e revistos, porque é impossível dentro de uma subprefeitura ter contratos absurdos. Isso encarece muito. É como falei, 60% do nosso orçamento gira em torno dessas questões.

E é preciso que façamos isso. Que tenhamos desta Mesa, desta Casa a proposta sim dos nossos benefícios, porque não dá mais. Bem falou o Vereador Milton Leite sobre a questão salarial, estamos há anos sem reajuste. Em 2001, tivemos o primeiro salário de mil e quatrocentos e depois um reajuste. Nem os reajustes propostos em lei que temos direito não estão pagando, que são trezentos reais. Não tivemos esses reajustes anuais. Então é bom que esta Casa entenda, reavalie todos esses processos.

Outra coisa, a criação dos oito novos conselhos na cidade de São Paulo. Não tem

como fazer uma eleição agora em fevereiro sem ter esses oito novos conselhos, jogando conselheiros dentro do mesmo orçamento. É preciso rever isso de uma forma muito coerente para que a criança e o adolescente não venham mais a ser prejudicados na nossa Cidade, como estão sendo prejudicados nesse pleito todo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer a sempre Conselheira Neia.

Tem a palavra o Sr. Josef de Jesus.

O SR. JOSEF DE JESUS – Boa tarde a todos, população; Secretário e Vereadores, sou conhecido pelos companheiros da cultura hip hop como José Feio, vim hoje participar desta audiência para falar da questão da riqueza da cultura hip hop, tanto na Educação quanto na Cultura.

Então nós que estamos aí na cultura hip hop somos militante de iniciativa própria. Fazemos vários trabalhos nas nossas comunidades, nas periferias que são muito importantes para o crescimento das nossas regiões, inclusive, aquela frase do orçamento, do fomento das periferias, que a cultura consegue resgatar muitas pessoas.

Muitas vezes vejo que não há muita contemplação para a cultura hip hop que tem bastante importância. Venho reforçar o Rapper Pirata sobre o pedido de emenda desse nosso projeto da Casa de Hip Hop e sua importância para a Cidade. O hip hop tem uma história muito grande em São Paulo. E sobre o Mês do Hip Hop é importante enfatizar o orçamento, a gente vem reforçando porque estamos militando, lutando e não recebemos as contemplações. Na Educação tem bastante investimento, mas relacionado ao hip hop não vemos isso.

Então estamos fazendo um pedido ao Secretário e aos Vereadores para repensarem e implantarem a cultura hip hop no orçamento do Município, porque o fomento nas periferias com a cultura de hip hop é muito grande. A presença do hip hop nas escolas, nas comunidades e até mesmo representando a sociedade, para todos conhecerem a cultura hip hop e a melhoria que trará para a nossa Cidade.

Então venho reforçar o Rapper Pirata juntamente com os companheiros do hip hop, para estarmos repensando a proposta de emenda para o orçamento do hip hop e a riqueza da cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Josef e passar a palavra para o Eazy-Jay, do Comando DMC, também do Fórum do Hip Hop.

O SR. EAZY-JAY – Boa tarde, senhores, senhoritas, Mesa, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, Eazy-Jay, meu nome como já foi mencionado, sou Líder e Fundador do Comando Defensor do Movimento Consciente criado em 1986, militante assíduo do Movimento Hip Hop e Artista.

Venho enfatizar a importância, Srs. Vereadores, da aprovação da emenda que nos respalda, nos concedendo uma Casa do Hip Hop, na qual teremos como base principal manter toda a história do hip hop à tona. E trazendo para a perifeira todo o conhecimento nosso devido a história, assim resgatando muitos que se perderam, porque ao longo dos anos o Estado deixa a população à deriva. E o hip hop vem, através do rap, com suas letras extremamente conscientes e politizadas, resgatar muitos do crime, das drogas e trazendo-os até mesmo para a formação acadêmica. Hoje temos muitos acadêmicos formados baseados no hip hop, ouvindo as letras de rap e migrando, ao invés de para o crime e as drogas, para os livros.

Então hoje temos muitos advogados formados e relatos verídicos desses que migraram para os livros, para suas formações acadêmicas baseados no rap, porque era o único grito que havia de respaldo na periferia, enquanto o Estado, como disse, deixava à deriva os jovens.

Então viemos pedir, mas na verdade isso nos deveria ser dado por direito, porque o hip hop por si só já é uma ação social enorme. Já ficou comprovado que o hip hop resgata de fato, pois além do entretenimento tem como base a informação, até mesmo a formação. A retomada da autoestima dos jovens que se perderam na periferia, por causa da desigualdade social, Srs. Vereadores e Sr. Secretário.

De maneira bem simples e clara pensem, analisem e verão que queremos apenas a base para continuar com essa cultura que, além do entretenimento, tem um poder enorme de resgate aos que se perderam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Chamo agora o Ice Boy, também do Fórum do Hip Hop, Extremo Leste da Cidade, tem a palavra.

O SR. ICE BOY – Boa tarde, senhores e senhoras, Vereadores, o irmão Eazy Jay falou legal, falou bem. Quando o Hip Hop fala que queremos dois milhões, um milhão, para um orçamento que tem as suas complexidades, dois milhões, um milhão é muito pouco.

É muito pouco para um raio de ação que vai chegar às periferias. E também é muito pouco para o retorno que a juventude vai ter, porque o hip hop contribui até sem dinheiro, dá

um retorno muito grande para as comunidades. Salvar o filho da Dona Maria, do Sr. José, da droga, do crime, acho que não é um milhão, dois milhões que pagam isso. Tirar um jovem da miséria e colocá-lo dentro do mercado de trabalho não é um milhão ou dois milhões que pagam isso.

Para quem é mãe, quem é pai como eu sou, colocar um jovem nosso que às vezes não tem a figura do pai dentro de casa ou dificilmente vê a mãe, porque ela é empregada doméstica, precisa estar na casa de alguns senhores trabalhando, limpando a casa e quando chega na sua casa é a última a saber o que rola na comunidade ou rola com o filho dela, isso é muito pouco.

O hip hop é além do show, porque todo mundo quando fala hip hop, rap, essas coisas, o pessoal pensa num grande palco, em um grande espetáculo, os pretos subindo lá, fazendo sua rima, dança. O hip hop é muito maior do que isso. O hip hop resgata o jovem para a sociedade, levando o jovem a entender melhor a sociedade. Por isso, é importante olhar as propostas do hip hop com carinho, porque o grande legado que o hip hop vai dar para a nossa comunidade é manter vivos os nossos jovens. Falou? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer ao Ice Boy. Chamo o Sr. Ricardo de Lima, do Fórum de Assistência Social.

O SR. RICARDO DE LIMA – Boa tarde a todos e a todas. Hoje já conversamos na audiência pública da Assistência Social, já levantamos toda a problemática do risco que essa política corre se a gestão municipal e esta Casa não fizerem as mudanças no Orçamento, necessárias para a manutenção da política. Não estamos nem falando em ampliação, estamos falando em manutenção e sobrevivência da política.

Mas, como o próprio Vereador Milton Leite colocou na audiência pública anterior, esse orçamento veio cheio de incoerências. Primeiro, o orçamento da Assistência Social está na peça orçamentária como 1 bilhão e 46 milhões. A Secretária de Assistência Social, Luciana Temer, veio aqui e apresentou no Power Point um orçamento de 1,1 bilhão. Agora, vem o Secretário de Finanças e fala da Assistência Social com um orçamento de 1,3 bilhão. Então, essa gestão virou a gestão do Power Point, porque no documento oficial há um valor, no Power Point da Secretária de Assistência Social, outro valor, e no Power point do Secretário Finanças,

outro valor. Preciso de esclarecimentos a respeito do Fundo Municipal de Assistência Social. Queremos saber precisamente quando há na rubrica 4308, na 6151, na 6152, na 6154, na 6167, na 6168, na 6178, na 6206, na 6221, na 6164 e na 6226. Quero saber onde estão as incoerências; se o que está valendo é a peça orçamentária que está no *site* da Câmara Municipal, se são os Power Points da Secretária ou os do Secretário de Finanças. Com todas essas informações, fica difícil, a gente fica perdido. Em que mundo estamos? Com qual orçamento estamos trabalhando: os do Power Point ou o da peça orçamentária? Preciso de esclarecimentos sobre todas essas rubricas, valor a valor total de cada uma delas. Senão, fica difícil discutir. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Lembro ao Ricardo que o que está em debate na Casa é a peça apresentada pelo Prefeito, que é um projeto de lei. Portanto, nenhum Power Point substitui o projeto de lei apresentado. Deixo claro isso. Podemos até ter divergência na apresentação, na forma da apresentação, mas o que está em debate é o projeto apresentado pelo Prefeito. Mas o Secretário terá oportunidade de esclarecer.

Tem a palavra a Sra. Diva da Silva, conselheira tutelar.

A SRA. DIVA DA SILVA – Boa tarde a todos. Um colega me antecedeu falando sobre o orçamento para Conselhos Tutelares. Venho reforçar a necessidade de um mínimo de 400 mil reais por Conselho, porque é uma necessidade iminente. Talvez os senhores aqui, a própria tribuna, não tenham noção do que é o trabalho de um conselheiro tutelar. Às vezes, há casos de extrema necessidade, em que encontramos um jovem com (ininteligível) de drogas, e a galera do hip hop não está lá para dar uma força. Porque o carro não tem gasolina, e tinta vermelha não faz carro andar. Então, eu gostaria que fosse visto mesmo com uma técnica profissional dos senhores esse valor, esse teto, essa necessidade. Lâmpadas queimam, e você não tem como trocar, porque não há verba. Então, vem essa necessidade. Tanto a gente às vezes não tem gasolina para esses carros, porque a verba, como também nós estamos desde 2011 sem reajuste. O Vereador falou que ninguém trabalha, mas nós trabalhamos. Somos

heróis e heroínas. A gente trabalha sem aumento, porque ser conselheiro tutelar é amar a criança e o adolescente. (Palmas) É realmente viver uma realidade de garantir o direito deles. Então, faço esse apelo, peço com carinho para que a tribuna realmente reveja a nossa situação, pois 400 mil reais, senhores é o mínimo para uma necessidade iminente. Trabalhamos com a comunidade, pegamos crianças em vulnerabilidade e as ajudamos com o mínimo. Então, esse mínimo muitas vezes é tirado do nosso bolso, para pagar um sanduíche para um garoto que a gente encontrou na rua, porque o Conselho Tutelar não tem uma verba destinada. A gente trabalha com restinho de dinheiro que sobrou da subprefeitura para comprar uma lâmpada, um botijão de gás. É necessidade básica. A gente não está pedindo nada absurdo. Estamos pedindo algo a que a população tem direito. Ela paga seus impostos e isso teria que retornar de uma forma justa.

Em 2013, em conversa diretamente com o nosso Prefeito, ele fez para nós uma promessa, sentado à mesa, tomando cafezinho, de que era uma questão de caneta ela regulamentar os nossos benefícios sociais. Estamos aqui desde a manhã trabalhando, eu paguei meu almoço, eu paguei o meu café, eu vou pagar a minha condução. Por quê? Porque não alcançamos esses direitos, apesar das promessas. Aqui estão pessoas de uma classe trabalhadora, pessoas que estão aqui porque acreditam nos senhores e vão ficar esperanças, crendo que algo legal vai acontecer para nós.

E ajudem o pessoal do hip hop também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Diva. Tem a palavra a Sra. Ana Uchôa, membro do Conselho Participativo do Butantã.

A SRA. ANA UCHÔA – Boa tarde, participantes desta audiência pública, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Secretário. Primeiramente, esta Casa tem tido um trabalho de escuta tão preciso e grande junto à população, tanto no que diz respeito ao orçamento como à lei do zoneamento. E a Prefeitura, de alguma forma, com nós conselheiros, tem se prestado a encaminhar a nossa escuta. É disso que eu iria falar.

Os Conselhos Participativos têm sido também um lugar de escuta. Os colegas aqui que são conselheiros sabem disso. De fato, temos tido demandas em relação à zeladoria. Vimos que existe uma dotação orçamentária para saúde e educação. O que quero saber, na realidade, é se para a habitação, moradia, é suficiente o que há de dotação orçamentária. Eu vi, Sr. Secretário – e vi que o Pedro está aqui também -, que foram encaminhadas as nossas demandas. E o que aconteceu? O Conselho Participativo do Butantã elencou a escuta de habitação que tivemos nas nossas reuniões temáticas e fez um pedido à Prefeitura, que nos encaminhou uma descrição da situação da habitação no Butantã, que eu quero depois aqui entregar aos Srs. Vereadores, porque dá uma ideia, no território, do que está acontecendo.

Em relação à habitação, há cerca de 20 mil famílias em risco; porém, em grande risco, há 2,5 mil a 3 mil famílias. A gente entregará dados de Comunidade Jardim Colombo, CEU Uirapuru – que esteve lá conosco -, Vila Nova Esperança, que necessita urbanização. Eu gostaria de escuta, então, para as demandas da habitação.

Como também estamos fazendo uma corrente de apoio, quero agora apoiar o Conselho Tutelar, que, de fato, tem um trabalho difícil sem um mínimo de orçamento. Sei o que é estar junto com as crianças e ter que dar solução para os casos. Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Ana. Passo a palavra para o Sr. Fábio Ivo, da estrutura dos Conselhos Tutelares.

O SR. FÁBIO IVO – Boa tarde. Na figura do Secretário Ceron e do Vereador Police Neto, cumprimento a Mesa, os conselheiros tutelares e a equipe do hip hop, da cultura.

Ao falar de Conselho Tutelar, temos que ter a preocupação de tentar entender o como é o Conselho Tutelar na cidade de São Paulo. Apesar de parecer apenas mais um órgão é hoje responsável por uma média de 30 mil atendimentos a famílias por ano. Se isso for multiplicado por uma média de quatro anos, serão 120 mil famílias atendidas; se multiplicado por três, que é a média de crianças atendidas e adolescentes atendidos por uma gestão dos Conselhos Tutelares de São Paulo, estaremos falando de 360 mil crianças e adolescentes que

têm seus direitos, dos mais básicos aos mais complexos, violados.

Para termos uma noção do que é um direito violado, por ano, o Conselho Tutelar da cidade de São Paulo atende a uma média de 1.500 ocorrências de violência sexual e mais de 10 mil ocorrências de violência física, das mais leves às mais graves.

Quando dizemos que precisamos ter um orçamento compatível com a realidade de um órgão, é porque esse órgão tem tamanha responsabilidade.

Quero fazer três observações. Primeira: que a Secretaria, juntamente com esta Casa, garanta a previsão orçamentária tanto para a Coordenadoria de Esportes como para a Coordenadoria de Cultura nas subprefeituras, porque não adianta ter lá supervisores sem que os meninos do hip hop tenham um pequeno projeto para desenvolver. Às vezes são necessários 10 mil reais para fazer uma grande diferença e não há um real de recurso.

Segunda: há um desequilíbrio nos orçamentos dos Conselhos Tutelares que vimos apresentando há três anos. Há Conselhos Tutelares com 170 mil reais de orçamento e outros com 700 mil reais. Nós não temos culpa se a cidade de São Paulo optou por terceirização. Um carro terceirizado custa 120 mil reais por ano; isso compromete 70% do orçamento de um Conselho Tutelar e é mais do que os salários dos cinco conselheiros durante o ano. Por isso, não é mais razoável que isso continue acontecendo.

Terceira: está no Plano de Metas da Administração Municipal o fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Em várias audiências públicas, O CMDCA já deliberou sobre isso, assim como a Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares. O Governo Municipal tem hoje um plano de fortalecimento dentro da Secretaria de Direitos Humanos, mas nada disso será feito se não houver previsão orçamentária.

Por isso é necessário garantir esses 7 milhões de reais de previsão para dar condição de funcionamento a esse órgão responsável por tal volume de atendimento. Isso é o mínimo que a cidade de São Paulo deve às crianças e aos adolescentes da nossa cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Gangsta Rooney, do Old School Hip Hop.

O SR. GANGSTA ROONEY – Boa tarde a todos. Eu fiz questão de me inscrever com meu apelido de rapper, Gangsta Rooney e vou explicar o porquê do gangsta: porque eu me sinto um contraventor, um criminoso na cidade de São Paulo simplesmente pelo fato de eu fazer algo que é proibido pelo governo, pelo Estado, pelo Município. A gente tenta, de todas as maneiras, fazer com que vocês entendam que nós fazemos o trabalho do governo de educar as nossas crianças enquanto as escolas estão sendo fechadas e os professores e os alunos estão sendo presos e massacrados nas portas das escolas. Isso é público, está na televisão, todo mundo está assistindo.

Esse pequeno apoio conseguido não é nada perto do valor do orçamento, que tem uma discrepância, há pouco apresentada, de 717 milhões para a cultura. Na semana retrasada, foi divulgado que teria 514 milhões para a cultura e, na verdade, segundo um documento oficial, só teremos um orçamento de 460 milhões para a cultura para o ano que vem.

Com esses 300 milhões, acho que dá para a gente apoiar o pessoal do Conselho Tutelar. Estamos fazendo nosso papel de artista e articulador social nas periferias do Estado de São Paulo e no Município, porque, como artistas, nós não trabalhamos somente no Município, mas no Brasil inteiro. A gente não faz apenas um trabalho, porque somos contratados para fazer várias coisas.

A nossa proposta é que pelo menos saia a indicação da linha orçamentária para ter essa rubrica para as casas de hip hop para podermos fazer um trabalho decente com as crianças. Temos um problema muito sério com o genocídio que acontece com a população pobre e periférica no Estado de São Paulo. Nós artistas temos fazemos uma grande intervenção nas competições artísticas. Se vocês observarem o dinheiro que é gasto no esporte com algumas medalhas de ouro, até mesmo a Copa do Mundo, acho poderíamos

reverter isso para algumas manifestações artísticas. Só este ano, a gente tem 16 campeões artísticos na área da dança e na área de DJ; que são competições artísticas, não esportivas. Mesmo com essas 16 medalhas de ouro, nós não temos nenhum aporte ou apoio governamental, estatal ou municipal.

Por isso que pedimos esses poucos milhões para a cultura do hip hop, para as casas de hip hop.

Para finalizar, eu acho que, se conseguirmos apoiar a arte e a educação, mais do que segurança pública no Estado de São Paulo, vamos diminuir em pelo menos 50% do genocídio que, neste ano, atingiu o número de 56 mil mortes de crianças. Eu acho que a polícia teria que ser colocada para pegar esses pais e mães que não fazem um trabalho decente dentro de suas casas e criam problemas para os nossos conselheiros tutelares. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Fernando Prata, Conselheiro Tutelar da Vila Mariana.

O SR. FERNANDO PRATA – Boa tarde a todos. Cumprimento toda a Mesa. Para falar dessa peça orçamentária que a gente pretende para 2015, eu acho que seria interessante que os senhores, que pertencem a ideologias diferentes, encarassem a infância e a adolescência sem um viés somente ideológico ou partidário, mas essa é uma das questões que temos que encarar na cidade de São Paulo.

Ao observamos o orçamento, vemos que um orçamento prioritário voltado à educação tem uma representatividade grande porque a educação é extremamente importante. Agora observemos as questões que estão imbricadas nas questões que pertencem ao atendimento dos Conselhos Tutelares: Assistência Social com 1,3 milhão; Cultura com 717 milhões; Desporto e Lazer com 652 milhões; Saneamento com 1,3 milhão.

Com isso, quero ressaltar que o Conselho Tutelar está diretamente ligado a essas questões e é de uma complexidade tão grande que, se a direção da Cidade não tiver esse mesmo olhar, dificilmente, vamos ter esta Casa comprometida com a prioridade, ou seja, a

criança e o adolescente.

Isso está diretamente ligado às questões de estrutura do Conselho Tutelar. Se for feito um comparativo de orçamento, os nossos números são muito pequenos quando comparados às questões de desenvolvimento urbano, obras, pontes. Só que hoje vivemos numa Cidade precarizada. Nós recebemos adolescentes de 16 e 17 anos, à beira de finalizar o ensino médio sem saber ler ou escrever. Isso aparece diretamente nos índices que acabaram de citar, de violência e de desestrutura familiar.

Digo isso porque, se revertemos esses investimentos e tivermos um olhar de prioridade, aí a gente vai ter um olhar específico para o Conselho Tutelar, porque nós lidamos diretamente com estas mazelas. Quando a gente atende uma situação que é de orientação escolar para creche, nós identificamos violência sexual, nós identificamos violência doméstica, falta de escola e por aí a gente consegue formar esse diagnóstico.

Então é importante que a gente tenha esse orçamento voltado para as questões de estrutura. Nós trabalhamos sem estrutura. Se o senhor verificar o Conselho Tutelar da Vila Mariana, ele tem uma estrutura precária. É ridículo para a região que a gente representa ter um conselho com aquela estrutura. Isso sem falar das outras questões.

A formação continuada, nós estamos brigando há três anos para melhorar a formação continuada dos conselhos tutelares. Milton, você acabou de falar sobre questões de reajuste e formação dos profissionais. Ninguém trabalha com equipe sem formação. Como que quer melhora do conselho tutelar? É muito fácil falar que o conselho não faz nada, não atende, sem formação continuada.

Outra coisa: a questão dos contratos. É importantíssima a visão de unificação desses contratos, de base contratual. Você tem os mesmos custos para a Cidade toda, e as questões de licitação. Só é admissível diferença de orçamento para conselhos tutelares mediante a constatação de que o imóvel não é do Município, não ser próprio, ou da Prefeitura. Desta forma não tem que ter diferença de 30% de orçamento. Ele tem que ter o mesmo

orçamento entre os conselhos tutelares da Cidade e a diferença da locação do imóvel. Aí nós vamos começar a ter uma visão de gestão, de prioridade da infância e transparência na administração desse órgão que é de extrema importância para a cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Fernando. Passo a palavra ao Secretário. Ao final da fala do Secretário tem mais dois inscritos, depois a palavra passa para os vereadores. Inscritos ainda o Laerte Brasil e a Maria da Penha, da Cooperativa Paulista de Dança, que falarão imediatamente depois do Secretário. Tem a palavra, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado, Presidente.

Bom, as questões estão centradas basicamente em quatro pontos. Movimento *hip hop*: para deixar claro, esse diálogo foi citado que já está sendo feito com a Cultura. Bom, do ponto de vista central, saber dessa discussão. Anotamos aqui todas as demandas, vamos fazer a discussão, o compromisso de entender junto com os vereadores as demandas e eventualmente verificar a melhor forma de atender.

A outra grande questão, conselhos tutelares, também envolve uma discussão com a Secretaria de Direitos Humanos. Também fica o nosso compromisso de analisar (ininteligível) principalmente em relação aos apontamentos do déficit para manutenção dos conselhos e do aperfeiçoamento que, claro, é uma atividade essencial.

Uma questão geral da questão das diferenças dos números apresentados e, de fato, as diferentes óticas que podem ser feitas para o orçamento, eu apresentei aqui... O que o Presidente comentou é perfeito, o que vale é o projeto de lei com todos os seus anexos. A apresentação só teve um recorte por função e uma função... Você pode mostrar o orçamento pela função ou pelo órgão. Então, quando a Secretária de Educação ou o Secretário de Assistência Social vêm aqui, a tendência natural é que apresente o orçamento que está no controle dele. Então ele fala: o orçamento do meu órgão, assistência social, é de xis.

Quando eu olho pela função, a função reúne, por exemplo, as atividades culturais. Tem atividades culturais que são feitas por meio do orçamento da Educação. Então, se eu olhar por órgão, é uma despesa da Educação. Se eu olho pela função, é uma função cultural. Por isso que, dependendo do olhar, tem diferença nos números. Então só para tentar esclarecer. Claro, a gente pode checar os números, mas é mais a diferença do fato do recorte, do olhar que está sendo feito. Muitas vezes aquela função é feita por várias secretarias. Caso de esportes e cultura, isso é muito clássico. Então geralmente, quando você olha o orçamento de esportes e de cultura, do ponto de vista do órgão ele é menor e do ponto de vista da função ele é maior, porque tem outras secretarias que acabam tendo atividades relacionadas a essa função.

Aí teve algumas questões relacionadas à habitação. São muito específicas. Aí eu pediria depois... Eu realmente estou hiperatrasado, vou precisar me ausentar, me retirar. Mas podem deixar essas questões muito específicas com... Vai estar toda a equipe aqui, tem uma equipe grande à disposição. Todas as questões nós vamos levantar, vamos olhar e podemos dar o retorno, basta deixar um contato. Fica o nosso compromisso aqui. O diálogo é sempre transparente e estamos aqui à disposição para tentar encontrar o melhor caminho. Claro, com responsabilidade, dentro do que é possível atender, mas junto com a Casa aqui estamos sempre à disposição para encontrar algum caminho, alguma solução.

Agradeço mais uma vez. Peço desculpas, sinceramente, mas agora preciso me retirar. Vou deixar toda a equipe aqui à disposição e vamos dar retorno a todas as questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Só pedir um minuto para o Secretário, senão a gente vai perder uma oportunidade importante. Tem um questionamento do Vereador Ricardo Nunes. Como ele foi o relator do orçamento que está em vigor é importante que ele faça esse questionamento, aí a gente libera o Secretário e continuamos com a equipe. Vereador Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, eu teria várias questões, mas pontualmente tem algumas questões que precisariam rapidamente ser discutidas. Nós temos uma questão com relação ao valor de 1,5 bilhão que foi depositado judicialmente, da dívida. O Vereador Milton Leite, que é relator do orçamento este ano, me incumbiu de fazer uma sub-relatoria com relação aos encargos. Nós temos lá reservado 1,5 bilhão e eu gostaria de ter uma ideia de onde vai ser destinado esse recurso, que tem várias demandas aí que a gente pode de repente já começar a discutir. Seria importante, é um valor bastante considerável.

Outra questão, Secretário, é com relação à restituição de IPTU. No ano passado, quando relator, eu tive que criar uma rubrica para fazer a devolução do IPTU daquelas pessoas que haviam pagado a mais por conta da questão judicial. A gente percebe aqui, até estava conversando com o Vereador Aurélio Nomura, que foi colocado, lá na 20.10, 174 milhões, nada foi liquidado e não tem essa previsão para 2016. Como é que se comportou essa questão daquela devolução do IPTU? Foi um debate bastante intenso nesta Casa com relação a quem havia pagado a mais e teria direito ao ressarcimento.

Tem outras questões, mas, como o senhor está compressa, acho que depois o Milton Leite pode verificar, mas principalmente essas aqui seriam de suma importância; e, se houver tempo, se o senhor puder falar um pouquinho rapidamente com relação aos precatórios. Existe uma decisão do Supremo Tribunal, existe, tramitando em Brasília, uma PEC, mas se por acaso algo der errado no processo como é que a cidade de São Paulo se ajustaria em tendo que pagar os precatórios, o que dariam em torno, se não me engano, de um bi, um bi e meio.

Era isso, Presidente. Obrigado pela oportunidade.

O SR. SECRETÁRIO – Realmente eu vou tentar ser o mais sucinto possível. Eu tenho de fato um compromisso às 18h, tenho que ser palestrante de outro evento, há quase uma centena de pessoas aguardando, não posso ser indelicado de deixa-las aguardando muito tempo.

Rapidamente, a questão do 1,5 bilhão. Desde o início do debate eu fui muito claro com relação ao assunto. Ele compõe a base de receitas dos 54 bilhões, ele está previsto como... Até para deixar bem claro e para permitir que seja feito de uma forma bem transparente a visualização da alocação desse recurso. Ele está no bolo dos 54 bilhões que compõem o bolo que financia todas essas despesas que compõem também 54 bilhões, então esse recurso não está apartado para novas alocações.

A outra questão é referente às restituições do IPTU é uma questão contábil. É que na prática a restituição do IPTU é uma conta “dedutora” de receita. Estou entrando na parte mais técnica do assunto. Mas ela não é uma despesa e, sim, ela reduz a receita arrecadada no ano. Então ela foi prevista no orçamento, e está correto, porque a receita que foi encaminhada não previu esse desconto da receita por conta das restituições, e foi alocada como uma despesa como forma de equilibrar o orçamento. Mas na prática, na execução, não é que não foram devolvidos; os recursos foram devolvidos, mas isso é feito por meio de uma conta redutora de receita. Também podemos mostrar os números sem problema nenhum.

Quanto aos precatórios, o Município tem acompanhado, a PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados, está em tramitação no Senado com perspectiva favorável de aprovação, vai realmente ajudar o Município a cumprir essa modulação do STF. Esse é o plano que estamos trabalhando e esperamos que ele de fato se concretize. Não se concretizando, vamos pensar em alternativas para garantir o cumprimento das decisões, a responsabilidade fiscal e a manutenção dos serviços essenciais para a Cidade. Mas é um grande desafio e estamos acompanhando passo a passo.

Mais uma vez agradeço e vou pedir realmente licença para me ausentar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Liberar o Secretário, agradecer a presença dele. Fica a equipe que conosco dialogará. Chamo imediatamente Laerte Brasil e depois a Maria da Penha; com eles, a conclusão da participação da sociedade e passarei, depois dessas duas intervenções, a palavra ao relator, Vereador Milton Leite.

O SR. LAERTE BRASIL – O Secretário está se ausentando, vai ser difícil... Eu estava o sexto inscrito, jogaram para o 14º. É ruim.

Presidente da CGTSB, presidente mundial da Uniglobal (ininteligível) e também da Confederação da Sustentabilidade, do Trabalho e Empreendedorismo da Cidade e do Estado de São Paulo.

Como eu já disse, a cidade de São Paulo tem um PIB de 436 bilhões, mas é uma cidade totalmente injusta. Vou repetir de novo: quatro milhões 326 cidadãos moram em favelas, cortiços, áreas de risco e conjuntos irregulares na Cidade. Esse número é equivalente à população de Salvador, Brasília e Belo Horizonte. Isso é um verdadeiro absurdo para uma metrópole cosmopolita, a maior do Hemisfério Sul e a mais rica da América Latina.

Mas eu vou pontuar aqui o seguinte: nas audiências públicas tanto do plano de metas do Governo Haddad como do PDE nós apresentamos a tese para diminuir tributos para empresas que se instalem nos bairros da cidade de São Paulo, inclusive nos bairros da zona Leste. É uma grande visão porque, de 80 para cá, 48,6% das empresas, da indústria, saíram da cidade de São Paulo por causa de imposto alto, falta de água e agora inclusive por falta de tecnologia de informação. De 2000 para cá, 15,8% das empresas comerciais de prestação de serviços já saíram do centro da Cidade. Essas empresas não foram para os bairros da Cidade, migraram para outras cidades do Estado.

Para encurtar, vou perguntar à Secretaria qual é a rubrica...

Nas audiências públicas apresentamos também a construção de 32 parques “tecnológicos” na cidade de São Paulo, também de dez centros olímpicos, de cinco arenas de esportes radicais, que foi para o orçamento de 2015, mas não foi executado até agora.

Na área da saúde... Bom, na área da saúde eu não vou comentar.

A minha pergunta é a seguinte: o que a Secretaria (ininteligível) de rubrica para recuperar o trabalho e o emprego na cidade de São Paulo? Porque sem dúvida, do jeito que está indo, em 2025, 2030 vai se transformar numa “cidade-dormitória”. Os governos, com ama

visão equivocada, expulsaram o emprego da cidade de São Paulo e (ininteligível) construção de torres, e a indústria da construção civil está também em decadência, a arrecadação da cidade de São Paulo está diminuindo e as administrações transformaram a cidade de São Paulo numa verdadeira bolha de concreto que será explodida a qualquer momento.

É essa a pergunta. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Maria da Penha, da Cooperativa de Dança. Com ela a gente encerra os inscritos para pronunciamento na audiência pública. Tem a palavra.

A SRA. MARIA DA PENHA – Boa tarde ao plenário. Boa tarde a todos da mesa. Sou diretora da Cooperativa Paulista de Dança.

Dentro dessa peça orçamentária, infelizmente, nós, da área da cultura, aguardávamos um aumento maior de aporte para contemplar as várias promoções que acontecem na Cidade e ainda não tiveram a sua passagem para o orçamento municipal. Quero deixar claro aos vereadores que quando nós, artistas, saímos de São Paulo temos muito orgulho de falar que esta é a casa com olhar mais avançado para a área da cultura da América Latina. Muitos ficam bem espantados quando nós falamos que temos o apoio dos vereadores da Casa para discutir questão de leis, orçamento, e isso é muito importante para que nós, artistas, possamos nos comunicar com vocês e passar as nossas demandas que ficam represadas, e muitas vezes o Executivo, por algum motivo, não consegue dar vazão a essas demandas.

Numa primeira solicitação gostaria de pedir que a comissão de orçamento levasse em consideração a criação de um aporte orçamentário para o Centro de Referência à Dança. O Centro de Referência à Dança é a antiga Escola de Bailado que está atualmente numa parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Cooperativa Paulista de Dança. Mas vai haver um edital e pode ser que outra entidade vá assumir o Centro de Referência à Dança. Mesmo não sendo nós a entidade que ficará à frente dessa administração, nós estamos solicitando uma

linha orçamentária para esse espaço. Esse espaço atende à cidade de São Paulo. Nós queremos fazer núcleos além desse espaço central.

Queremos reforçar também o pedido, o olhar para o pessoal do fomento às artes na periferia e também um pedido para os Srs. Vereadores que vejam a criação da primeira, primeira casa de hip hop da cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo é histórica nesse movimento e não possui essa casa. Além de ter essa casa, uma rubrica para que essa casa seja mantida. Existe uma sugestão de que ela seja no museu do Teatro Municipal, logo ao lado do Centro de Referência à Dança. E pedimos também para os Srs. Vereadores a possibilidade de um aporte maior nesse orçamento que não ultrapassou 1,2 do orçamento que nós estávamos aguardando.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço à Maria da Penha que de maneira muito positiva conclui essa que foi a 15ª contribuição de hoje, passar ao relator. Já temos inscritos o Vereador Ricardo Nunes, o Vereador Aurélio Nomura e o Vereador Paulo Fiorilo para o debate com a equipe que o Secretário aqui deixou, a equipe aqui do meu lado direito. Fabiano e o Alex são os dois que vão dialogar com o parlamento neste momento, os dois são auditores fiscais da Secretaria e nos auxiliarão na compreensão da peça, como também os auxiliaremos na compreensão do que foi demandado ao longo desse período de dois meses em que a Casa vem debatendo a matéria. Tem a palavra o nosso relator Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Presidente, só para fazer constar que, com relação aos recursos do Conselho, o nobre Vereador Ricardo Nunes já apresentou uma solicitação na própria Comissão e já havia entregado uma manifestação dele com relação aos recursos para suplementar essa deficiência que consta na peça orçamentária, que é 6,6 milhões, bem descritos no requerimento de V.Exa.

Assim, passo agora a formular. Serei breve para não tomar muito tempo, porque as

peessoas querem...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, relator Vereador Milton Leite, até gostaria de aproveitar, para corroborar com a emenda do Vereador Ricardo Nunes, para apresentar uma solicitação do Fórum de Assistência Social da cidade de São Paulo. Vou passar às mãos de V.Exa.

O SR. MILTON LEITE – Eu acolho aqui. Recebo. Acolher é contemplar. Temo dizer que os recursos são necessários, mas não sei se teremos tanto dinheiro assim. Os valores são significativos. Vamos apreciar amanhã e aí vou ficar ligando para o Secretário e ver o que é possível. (Ininteligível) amanhã, se preparem amanhã.

Vamos lá. Na 21.71 tem um aumento de 21%, manutenção do sistema de informação. Por que tanto aumento assim?

Sempre que falar mencione o nome, para que as Notas Taquigráficas registrem. Na rubrica 2171 da Secretaria, vocês tiveram um aumento de 21%. Vocês oscilaram do orçado, de 49 para 59, por que isso? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou suspender por um minuto para que possamos fazer com que as planilhas, agora debatidas, estejam nas mãos de todos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Passo novamente a palavra ao Vereador Milton Leite, nosso relator.

O SR. MILTON LEITE – Vamos lá: na primeira linha, 2171, há um aumento de 21% na pasta – e nós estamos discutindo a pasta da Secretaria do Desenvolvimento – e vai de 49 para 59. A que se deve isso?

O SR. ANDRE TOMIAKI – Boa tarde a todos, boa tarde Srs. Vereadores. Sou auditor fiscal de carreira da Secretaria de Finanças, sou Coordenador de Tecnologia da pasta.

A dotação orçamentária a que o nobre Vereador se refere é justamente a que a gente chama de 2171 – Manutenção dos Sistemas de Informação e Comunicação. O incremento de valor com relação ao exercício de 2015 se refere a alguns projetos que são de fundamental importância para a melhoria de alguns serviços da Secretaria. Dentro desse incremento, o maior foco dos projetos está relacionado ao atendimento ao contribuinte, ao atendimento cidadão.

P – Sim, mas eu pergunto: é objeto novo contratado ou é o mesmo objeto?

R – São objetos...

P – Objetos novos, contratados ou você incrementou contratos anteriores?

R – Não...

P – Ou houve alteração, o que é que houve?

R – Há objetos novos e há objetos cujos contratos estão em andamento e precisam ser finalizados.

P – Então, na verdade, houve incremento em novos?

R – Isso. Há objetos novos também.

P – Vamos prosseguir, vamos para outra rubrica. Não sei se é você que responde - falamos da Administração da Unidade. Só 2% e aí está o Pessoal. O que houve? (Pausa) Em 2014 você tinha 248 e em 2015 foi para 289. De 2014 para 2016 há uma variação de 30%. Porém, 28% são só de 2014 para 2015, e de 2015 para 2016 há apenas 2% a mais. O que aconteceu na Administração da Unidade?

ARLINTON NAKASAWA – Boa tarde a todos. Sou chefe de gabinete da Secretaria de Finanças. O incremento, Vereador, na rubrica da Administração da Unidade é que, basicamente, houve acréscimo em Pessoal por conta de contratações já autorizadas, e algumas também estão previstas para 2016; e também solicitações da Secretaria de Gestão basicamente para repor servidores que estão se aposentando, e para o quadro de auditores fiscais e de analistas, de contadores.

O SR. MILTON LEITE – Está contemplado o aumento dos funcionários?

ARLINTON NAKASAWA – Sim, está contemplado. Todos os reajustes já aprovados pela Câmara estão contemplados.

O SR. MILTON LEITE – Perfeito. Vou prosseguir: na rubrica 6838 – Encargos para Manutenção do Fundo de Depósitos Judiciais, houve aí uma oscilação significativa. Em 2015 o orçamento era de 25 milhões, e você oscilou para 44 milhões, arredondando são 19 milhões de diferença. O que houve? Não houve muita oscilação nos Depósitos Judiciais, o que aconteceu para haver 76% de aumento?

O SR. FABIANO MARTINS – Boa tarde. Também sou auditor fiscal da Secretaria de Finanças, Assessor de Orçamento. A questão do Fundo de Depósito Judicial está relacionada à lei complementar recentemente aprovada, que acrescenta aos depósitos judiciais administrativos uma nova monta de depósitos não tributários. Esses depósitos não tributários estão contemplados no Orçamento por meio dessa rubrica, e isso que justifica o acréscimo, o montante para o ano de 2015.

O SR. MILTON LEITE – Mais 19 milhões, 76% de aumento? O que houve de alteração para aumentar 19 milhões nessa rubrica?

R – São novos depósitos judiciais que não estão contemplados no Fundo de Depósito Judicial. Hoje o Fundo de Depósitos Judiciais Tributários é o fundo que a Prefeitura dispõe. Além desse fundo de depósitos judiciais tributários, novos depósitos incrementarão o fundo, são depósitos judiciais não tributários, são demandas judiciais não tributárias as quais à Prefeitura faz parte e pode, por meio desse novo instrumento legal, antecipar 70% desses valores para uma finalidade específica.

R – Isso é em função da lei aprovada recentemente?

R – Exatamente.

P – Vão usar esse dinheiro, vamos fazer uso desses recursos ou não? Os Estados estão todos quebrados, todos eles farão uso, e nós vamos utilizar?

R – Os recursos ingressando nos cofres, há previsão de utilização para as finalidades que a lei especifica, essencialmente são precatórios.

P – Qual é a monta? Quanto? Quanto nós temos para pagamento de precatórios? Qual é o incremento de valor? São setenta por cento que temos para depósitos judiciais, mas quanto é para pagar precatórios? (Pausa) Essencialmente, eu sei que o aumento, que a lei autoriza, na verdade, um rodízio de dívidas, tiro do depósito e joga para o precatório. Mas de quanto vamos fazer uso, qual é a estimativa?

R – Da ordem de 350 milhões, que é o valor, são 70% que devem ingressar.

P – Setenta por cento é igual a 300 milhões?

R – Isso.

P – E isso dá quantos por cento do valor que há na fila?

R – Não é tão significativa dentro da fila de precatórios da Prefeitura, que é um valor bem elevado. Eu não sei exatamente precisar aqui, Vereador, qual é o percentual, mas garanto que para 2016 não é de muita relevância para 2016.

P – E na 007 – Dívida Externa, houve uma oscilação a maior – e em todos estava menor – de 32%. Por que houve essa oscilação no serviço da dívida externa? Quando eu não pergunto, é que diminuiu, o que seguramente é um elogio. Mas a dívida externa subiu 32%, fonte 007 – Serviço da Dívida Externa. Foi orçado em 2015, 115 e foi para 153, houve 32% de aumento.

R – Vereador, a dívida externa, os financiamentos que a Secretaria de Finanças possui são basicamente de dois financiamentos e, dentro desses dois financiamentos, é que temos o maior incremento de monta no orçamento. Vale destacar o PMAT e o PNAFM.

O SR. MILTON LEITE – Mas por que aumentou se ela vinha num comportamento normal e não houve novos financiamentos, só pagamentos de serviços. O que aconteceu, então, para ter oscilado esse valor todo? Por que houve essa oscilação?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Houve uma renovação de um dos

financiamentos. Vale destacar que esses financiamentos não correm por conta daqueles limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, existe a renovação do PMAT, e essa nova, essa renovação...

- Manifestações simultâneas.

O SR. MILTON LEITE – Mas, para renovar, precisaria, segundo o 69 da Câmara, a autorização legislativa. Eu não me lembro de nós termos votado isso para o ano que vem. Por isso eu estou perguntando. Se é uma dívida externa, eu teria que aumentar, mas, se há uma dívida nova, e um refinanciamento é uma nova dívida...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Não é um novo financiamento, Vereador.

O SR. MILTON LEITE – Eu sei. Mas nós tínhamos um compromisso a ser pago que, se não liquidado naquele momento, seria preciso que os senhores viessem a esta Casa pedir autorização. Na verdade, é o seguinte: não foi pago. Parou e ficou um débito. Temos que ver o que aconteceu com o débito. Se for assinado de novo um refinanciamento, será uma nova dívida, uma nova contração, que precisaria de uma autorização legislativa.

R – Tem outro fator importante que deve ser destacado aqui: o PMAT é em dólar, e a oscilação do dólar também incrementa essa...

P – Eu sei, mas não foi essa a motivação, Sr. Fabiano. O senhor disse que venceu e houve outro financiamento; se venceu, é novo e precisa de autorização legislativa, e nós não fizemos isso, nós não votamos isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDRÉ TOMIAKI – Se V.Exa. me permite, Vereador.

O SR. MILTON LEITE – Pois não.

R – Há uma previsão de autorização legislativa – eu não me recordo o número da lei – aprovada por esta Casa, que autoriza...

P – Quando da contração da dívida?

R – Isso. Que autoriza tanto a contratação do Programa de Modernização da Administração Tributária, o PMAT, ao que o Fabiano se referiu, como o PNAFM. São os dois programas de financiamento a que o Secretário se referiu.

P – Sei. Da dívida externa.

R – Isso. Que são vinculados em dólar; até por isso tem um incremento de valor também. Mas os dois têm prévia autorização legislativa.

P – Na origem, sim, mas, se vencido, não.

R – Não, não é vencido.

P – Era prevista a autorização?

R – Isso. Era prevista.

P – Na autorização de origem? É isso?

R – Isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Também houve a aprovação de consequentes leis dos processos de renovação. Então, lembro que, há não de dois anos, pouco mais ou pouco menos, a aprovação da renovação pelo menos do PMAT. Do PMAT eu lembro objetivamente.

O SR. MILTON LEITE – Do PMAT...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – É.

O SR. MILTON LEITE – Nós votamos porque estava vencendo; não esse que vencerá no ano que vem. Vereador Police, aquele que nós votamos, eu imagino que são etapas vencidas, superadas. Minha dúvida é: para 2016, nós não temos autorização de vincendos para renovação. Assim como houve o PMAT, nós autorizamos. A dúvida, então, é: para 2016, nós temos autorização da dívida, mas nós não votamos isso pelo menos até agora, e eu entendo que há necessidade se há contratos vincendos. Não quer dizer que haja

necessidade de ser votado, mas haverá necessidade de votar se houver a renovação.

Presidente, eu devolvo a palavra a V.Exa. para que todos os demais possam formular questões. Eu tenho várias, mas, como são de cunho técnico, eu liguei para o Fabiano e tirei as dúvidas com ele para não tomar tempo dos contribuintes. São dúvidas essencialmente técnicas de cunho orçamentário, não político, que interessam como um todo à sociedade. Mas eu liguei e tirei com ele as dúvidas. Assim é mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Perfeito.

Passo a palavra ao último inscrito, Vereador Paulo Fiorilo. Após, também farei uma breve consideração e alguns questionamentos e explicarei àqueles que nos acompanham quais serão os próximos procedimentos para que todos possam continuar acompanhando a tramitação do projeto de lei que será traduzida na Lei Orçamentária para o exercício de 2016.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Obrigado, Sr. Presidente. Sempre no intuito de contribuir com o Relator, eu queria só fazer uma questão à Secretaria de Finanças.

A peça orçamentária foi enviada a esta Casa no final de setembro, e nós já estamos no final de novembro. A pergunta que eu preciso fazer, inclusive para tentar ajudar o Relator, é: nesses últimos dois meses, a Secretaria fez avaliações sobre a proposta orçamentária apresentada nesta Casa até 30 de setembro?

Há alguma mudança nos cenários apresentados para se compor a peça orçamentária? Se sim, quais? Se não, eu me contento com a resposta e deixo a minha contribuição ao relator.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA - Vereador Paulo Fiorilo, agradeço a colocação. A Secretaria de Finanças tem feito estudos e monitoramentos a respeito do cenário econômico e entendeu, até o momento, que aquilo que foi apresentado na proposta orçamentária ainda está adequado para 2016.

O SR. MILTON LEITE – Então, eu retomo com a seguinte pergunta, Presidente, se

me permite.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Sem dúvida.

O SR. PAULO FIORILO – Eu posso dar um aparte, então, ao Vereador?

O SR. MILTON LEITE – Claro.

O SR. PAULO FIORILO – Eu tenho mais uma questão.

O SR. MILTON LEITE – Aí, me cabe a pergunta: em relação à arrecadação, no que tange a ICMS, ISS, ITBI, IPTU, que temos como fontes principais de receita, como está o comportamento dessas receitas hoje? Vocês têm feito monitoramento. Como está o comportamento em termos de percentuais em relação ao orçamento previsto 2015, das nossas principais receitas?

R - Vereador Milton Leite, nós não temos aqui as informações absolutas, precisas do Orçamento de 2015, mas podemos afirmar que o ISS e o ICMS, principalmente o ICMS está em uma ligeira queda, tendo em vista os problemas econômicos que afetam a sociedade brasileira como um todo, e São Paulo não escapa.

O SR. MILTON LEITE – Mas aí está a nossa dúvida. A contribuição do Vereador Fiorilo foi oportuna.

R – Sim, sim.

P – Quando da concepção da peça orçamentária, o senhor tinha um cenário. Ele foi preparado em julho e setembro pelas diversas Secretarias.

R – Exato.

P – Com o cenário econômico que, naquele momento, tinha um comportamento melhor de arrecadação.

R – Exato.

P – Hoje a curva é outra. Daí a pergunta do Vereador Paulo Fiorilo: se essa curva de arrecadação tem um viés de queda, como está a previsão orçamentária? Se o senhor está dizendo que está mantendo o mesmo nível, isso significa dizer que não há queda. O senhor

acabou de dizer que o ICMS desceu. Se desceu, haverá cortes. A preocupação nossa é essa, Fabiano. A sua resposta me obriga a perguntar.

R – Vereador, a questão é bem pertinente, e são duas considerações que eu tenho que fazer. A primeira é o curtíssimo prazo e a segunda, a estimativa para o ano de 2016. No curtíssimo prazo, a gente tem, sim, uma ligeira queda, mas a nossa estimativa, tendo em vista que outros fatores econômicos corroboram para minimizar e até para mitigar esse efeito de queda, tendo em vista que nossa arrecadação também está relacionada a fatores da economia como um todo – comércio, indústria e prestação de serviços. E se por um lado há uma queda, por outro os efeitos inflacionários acabam, desse ponto de vista, contribuindo para minimizar ou até mesmo mitigar essa queda. Então, por isso afirmo que, dentro dos nossos estudos, a perspectiva para 2016 ainda permanece a mesma tendo em vista outros fatores que não a queda momentânea da arrecadação que tem se mostrado no curtíssimo prazo.

P - Eu tenho aqui dados tanto do ICMS como do IPVA, que compõem esse cálculo. Estamos com 75% arrecadados em outubro. Esse número é temerário, porque esses 75% seguramente não se confirmarão. E o orçamento para 2016 está baseado no orçamento... Na verdade, já está a menor. Vocês cortaram o orçamento de ICMS em relação a 2015 e 2016. Temos 7.747 contra 7.264 para 2016, o que já foi cortado. No IPVA houve um incremento. Como houve incremento, Fabiano, se houve redução da venda de veículos? Os valores estão atualizados a menos de 4%, e o senhor estima a receita superior à maior que o anterior, pelo menos acima de 5%. Por que isso no IPVA?

R – Inicialmente, a arrecadação do IPVA no ano de 2015 tem um ponto relevante a ser colocado: no mês de dezembro, temos uma arrecadação um pouco maior relativa ao IPVA de caminhões. Com relação a 2016, temos a previsão de aumento da arrecadação até por conta da própria base de cálculo do IPVA, que também aumenta anualmente. O IPVA é com base no valor venal dos veículos, que é um dos fatores relevantes para a base de cálculo do IPVA. Eu não tenho a pretensão aqui de me estender em relação ao IPVA porque nós temos

muito pouca força de movimentação. Então, a gente acompanha o movimento esperado pelo Governo do Estado para...

P – Só para fechar os números macros e para eu encerrar... O que tiver, vou ter que realmente falar com vocês lá.

R – Sim.

P – Estamos prevendo, para 2016, 54 bilhões, 407 milhões. Para 2015 eram 51 bilhões. Porém, até outubro, nós só arrecadamos 38 bilhões. A pergunta é bem simples: nós chegaremos lá, aos 51 bilhões?

R – Vereador, a gente tem se esforçado diariamente no ano de 2015 para conseguir, e 2016 não vai ser diferente: da mesma forma, a gente tem um empenho de toda a equipe para chegar lá.

P – Quanto a fazer força, eu sei que vocês são maravilhosos, tanto que o corpo técnico da Secretaria é um excelente corpo. Independentemente de fazer força, há um limite de recebimento. Nós só recebemos até agora 38 bilhões, em números redondos, contra 51 bilhões necessários até o final de outubro. O senhor tem dois meses para arrecadar. Com esses decréscimos, o senhor vê possibilidade de cumprirmos? Esforço haverá, mas há lugares onde não adianta: ICMS *etc.* Há coisas em que não adianta fazer esforço, porque o sujeito não paga mais.

R – Sim. Há vários fatores que estão além da nossa capacidade. Um orçamento de 54 contempla também recursos de transferências voluntárias, e essas transferências estão fora da nossa capacidade de atuação mais próxima e direta. Isso também depende do cenário econômico, mas a gente tem a meta e vamos procurar atingi-la.

P – Eu tenho ciência, aqui, quando eu faço os macros, de que estão contidas neles todas as receitas – tanto no 37,8 como no 54,4. Todas as receitas estão contidas: transferências, tudo está contido. Minha expectativa é de que, naquilo que depende do Governo Federal, tenhamos dificuldade; naquilo que depende do Governo Estadual, tenhamos

dificuldade. A pergunta persiste: considerando que nos 51, de 2015, estão contidas todas as receitas mencionadas por V.Sa., ainda continuamos com dificuldade. Temos ainda sérias dificuldades de cumprimento. Então, temo que haja dificuldades, mesmo com as receitas extras que conseguirmos, como os refinanciamentos de débitos anteriores aqui programados, o famoso Refis, que é receita suplementar, e as alienações de bens futuros – que até outubro arrecadou 79 contra 923, portanto 8,6% do arrecadado. Ou seja, há coisas que não iremos cumprir mesmo, e alienação de bens é uma delas. Tínhamos orçado 923 e vendemos 79. Temos um déficit de novo para 2015. Essas receitas dependem de nós e não estão sendo executadas. Então, eu fico preocupado com isso: se teremos mesmo essas receitas ou se elas já começam a menor aqui no orçamento, só estão para fechar a conta.

Como está a alienação de bens? Porque esse é um dado que depende da gente. As outras, não, mas esse basicamente é nosso.

R – Vereador, nós não temos aqui os dados de alienação de bens, mas nos comprometemos a voltar a falar oportunamente sobre esse item de receita.

Com relação ao atingimento dos 54 bilhões, é claro que não há como garantir que o orçamento deva chegar ao final de 2016 nesse valor; mas é nossa expectativa, e a gente espera conseguir.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, só para eu poder concluir, já que eu concedi aparte ao Vereador Milton Leite sem autorização de V.Exa.

Fabiano, só para concluir duas questões. Na questão da alienação de bens, foi orçado em 2015 o valor de 923 milhões, mas arrecadados, até outubro, 79 milhões. Agora, para 2016, foi orçado o valor de 763 milhões, portanto um valor menor do que o orçado e muito menor do que o arrecado. Pergunto: vocês têm uma avaliação precisa sobre a questão da alienação de bens?

As variantes que vocês estão utilizando podem não se concretizar, mas temos insistido em que o Estado tem reduzido repasses e vive uma redução do ICMS. E a União vai

ter dificuldades ainda em 2016. Estamos trabalhando com elementos que são concretos, não suposições.

Por fim, a questão do investimento. Fui dar uma olhada nessa questão, e é importante ressaltar que o governo Fernando Haddad tem aumentado os investimentos ao longo dos anos. Então, vamos trabalhar com o que foi liquidado. Em 2013, 2,7 bilhões; em 2014, 3,5 bilhões. Em 2015, a gente já tem de valor empenhado 3,4 bilhões. Para 2016, a Administração apresenta um percentual consideravelmente alto. Em 2016, a proposta é de 7,7 bilhões. Mas o que temos percebido é que empenhado e liquidado sempre estão muito aquém daquilo que se estabeleceu na peça orçamentária.

Pergunto ao Fabiano: a Secretaria superestimou o investimento de 7,7 bilhões para 2016? Ou não?

R – Vereador, não há superestimativa em relação aos investimentos. Há dois pontos que a gente precisa colocar. O primeiro é a peça orçamentária que prevê 7,7 bilhões em investimentos. Dentro desse valor estão previstos também os recursos de repasses voluntários dos Governos estadual e federal, pois, embora eles não tenham se mostrado efetivos em 2015, existe uma expectativa maior para 2016 tendo em vista que para 2016 a Prefeitura já tem vários projetos prontos da Secretaria; e, por conta do término desses projetos, já conseguimos efetivamente exigir do Governo federal o cumprimento do convênio acordado com eles. Daí a nossa expectativa real, e não superestimada, de termos os 7,7 bilhões no ano de 2016.

Segundo ponto. Com relação aos números dos anos anteriores – 3,4, 3,5 e 2,7, retornando cada número a um ano atrás -, eles estão relacionados, por óbvio, àquilo que foi conseguido na arrecadação dos respectivos orçamentos, bem como na limitação dos repasses de fontes federais e estaduais dos anos anteriores também. Esses projetos que eu citei para 2016 estavam, nos anos anteriores, ainda em fase de elaboração.

O SR. PAULO FIORILO – O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me rapidamente explorar algumas informações que eu acho pertinentes. O projeto chegou a Casa no final de setembro, e chegou à mesma data em que o Prefeito sancionou uma alteração na lei do IPTU. Portanto, não pôde estar previsto nesse orçamento o impacto da legislação recente aprovada no IPTU, que atinge cerca de 80 mil imóveis na Cidade com mais de 500m² que não entram naquela regra ainda da década de 60 do que é o imóvel de baixa utilização – 1/3 de área construída, 1/5 de área construída, 1/10 de área construída, conforme o perímetro em que está instalado -, que não respeita ainda a nova legislação, advinda do Estatuto da Cidade, que estabeleceu outras regras para identificação de imóvel que não cumpre a função social da propriedade, mas é ele que acabou por retirar as travas.

Qual é o volume de recursos que será produzido por essa inovação legislativa, que a peça orçamentária não alcançou por uma questão temporal? Na realidade, o projeto foi remetido à Casa na data em que se pretendia sancionar ou vetar o projeto. Esse é um primeiro elemento.

O PL 183/2015 trata dos depósitos judiciais e libera, como aquilo falado, um volume de recursos tanto administrativos como judiciais. Nós não temos, na peça, previsão para utilização desses recursos. Portanto, se esses recursos estiverem liberados, qual é a previsão de onerar? Eles vão acabar sendo investidos em que setores?

Há outra questão que me parece fundamental, que foi bastante debatida ainda na fase da elaboração da LDO para o orçamento do ano que vem, que tratava dos precatórios. A gente tem uma decisão do Supremo, e temos um esforço do Legislativo para uma inovação. Agora, está no campo do esforço. Se esse esforço não render uma inovação legislativa em relação à decisão do Supremo, qual a postura que o Orçamento terá frente a essa nova demanda? Se a vontade do Governador e do Prefeito não se materializar do ponto de vista legislativo, o que faremos frente à decisão já tomada pelo Supremo. Amanhã a Cidade realiza o leilão da Faria Lima. Portanto, deixa de ser uma expectativa de receita para ser uma receita

real. Porque, na realidade, se estabeleceram expectativas de receita para 3 leilões a ser realizados – um da Faria Lima, que está programado para amanhã; outro, da Água Branca e outro, da operação urbana Água Espraiada.

A pergunta é: deveremos produzir alterações em função do leilão de amanhã à medida que deixa de ser uma expectativa e passa a ser uma materialização de receitas?

Isso, para tentar nos orientar no campo da receita; depois, vou tratar um pouco das despesas. A análise dessas questões é para ajudar o nosso relator a equalizar um conjunto de demandas gigantesco que a sociedade nos trouxe, pois a produção de receitas que ainda há nele não alcança o conjunto de demandas da sociedade. Assim, tentei percorrer aqui um pouco de onde podem estar recursos ainda não lançados no nosso Orçamento.

R – Vereador Police Neto, quero agradecer essas ponderações bem pertinentes e relevantes para o nosso Orçamento. Vou começar falando dos depósitos judiciais. A questão legislativa, que ainda não está definida, pode, no curto prazo, refletir no Município de São Paulo de forma muito significativa nos próximos anos. Inicialmente, quero dizer que, caso não haja essa inovação legal que permita rediscutir a questão dos precatórios, os precatórios do Município de São Paulo deverão ser pagos, o estoque, pela regra anterior, em 10 anos. Isso não necessariamente será majorado no exercício de 2016.

Qual é a medida que se faria necessária caso a gente não tenha a inovação legislativa? Existe a intenção de se fazer um financiamento tendo em vista que renegociamos a dívida pública, e nessa renegociação, o Secretário Ceron na primeira discussão do Orçamento apontou para a redução dos limites da dívida pública do Município de São Paulo. Hoje é 1,8 a relação da dívida consolidada com a receita corrente líquida, mas com a renegociação dessa dívida com o Governo Federal deverá cair para 0,8, o que nos abre espaço para financiamento. E uma das linhas de ação que está sendo pensada é essa, mas não podemos dizer que vamos tomar a decisão “a”, “b” ou “c” tendo em vista que ainda está sendo discutida a questão legislativa desse assunto.

No orçamento de 2016 está prevista a entrada de recursos dos depósitos judiciais, que compõem a fonte 00 – Recursos do Tesouro do Município, que devem contemplar o pagamento das despesas de precatórios, preferencialmente precatórios do ano de 2016.

Com relação ao leilão da Faria Lima, isso deve ser ingressado ainda no Orçamento de 2015. Então, a receita ainda vai fazer parte do Orçamento de 2015, não sabemos dimensionar qual é a despesa em 2015, se é que haverá, relativa a esse montante. Caso não haja despesa, aí sim poderemos discutir para o ano de 2016, mas não como receita orçamentária, mas como superávit de 2015.

Quanto à receita do IPTU, eu não tenho como dar maiores esclarecimentos. O Subsecretário do Tesouro do Município não pode estar aqui conosco, mas nos comprometemos a dar essa resposta o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quanto às despesas, farei um único questionamento que me parece relevante, em especial em função da apresentação por parte do Secretário de uma composição de despesas via função.

Em recente decreto do Prefeito, reorganizaram-se cerca de 200 milhões de reais para garantir recursos necessários ao pagamento dos subsídios de transporte público. E uma das explicações é que a projeção do volume de estudantes que aderiu a nova modalidade Bilhete do Estudante superou a expectativa. Esses recursos oneram o orçamento da Educação ou não?

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Vereador, a suplementação orçamentária dada para o Transporte foi feita com base em orçamento que estava congelado, além daquilo que se executaria no ano de 2015. Podemos afirmar que o orçamento da Educação está cumprindo o mínimo, está um pouco além do mínimo que a nossa legislação determina e que não há prejuízo à execução orçamentária da Educação com essa suplementação.

P – Sim, mas a pergunta objetiva é a seguinte: a verba que hoje remunera o

sistema de transporte público coletivo naquilo que é subsídio para a gratuidade, onera a Educação? Portanto, quando apresentarmos para a sociedade o volume de recursos gastos com Educação estará incluído o volume gasto com bilhete único, portanto, o subsídio às empresas? Essa é uma questão fundamental para entendermos onde os recursos da Educação estão sendo gastos, e aí não é por prejuízo ou benefício, é para entendermos onde os recursos foram gastos. Porque eu falar que estou realizando 33% na Educação e financiar o transporte público do aluno da rede pública estadual, tenho de dizer à sociedade que estou usando recurso público municipal na função de Educação, mas para pagar o transporte público do aluno da rede estadual ou federal. Essa questão eu tento deixar clara até para entender se em algum momento o Prefeito, ao tomar a decisão de onerar as verbas da Educação com a gratuidade do transporte público coletivo, estabeleceu relação de reciprocidade com aqueles que são os responsáveis pelos educandos. Então os governos do Estado e Federal naquilo que é a responsabilidade dos seus alunos também participam do processo, dizendo o seguinte: também vou onerar parte da minha responsabilidade transferindo ao Município aquilo que são os meus alunos e não os seus alunos na questão legal. Os alunos são todos nossos, mas a receita do Município é do Município.

Estou tentando entender se os 33% que a gente comemora ao estar investido está remunerando responsabilidade de outros entes federativos. Essa é a questão objetiva.

R – O gasto, esse gasto efetivo, que onera... Este gasto efetivo que onera, o gasto com os estudantes compõe o gasto da Educação. Aquele percentual apresentado da Educação compõe efetivamente esse gasto com o transporte público. É claro que não dá para dizer quem é aluno de quem, no dia a dia, mas o que posso afirmar é que os alunos que são da rede estadual e da rede federal que utilizam o transporte público no Município de São Paulo podem... O repasse que nos é feito dos governos federal e estadual, não há repasse vinculado a essa atividade específica. O que nós temos são repasses constitucionais, legais, da fonte que compõe o gasto de onde nós tiramos o volume para poder fazer esse pagamento à rede

de transporte. Mas ele compõe o gasto da Educação. Então, para a sociedade paulistana tem de ficar claro.

P – A questão fundamental é entender: atingimos 33% porque as nossas responsabilidades são as mesmas ou as aumentamos? Na realidade eu falo: estou gastando mais, mas estou gastando mais com algo que não gastava até então, portanto, não estou melhorando o que eu já realizava. Estou imaginando, aumentei para 33%, mas estou gastando os 33% com as mesmas tarefas que gastava antes, portanto, melhorei a minha *performance*, estou tendo mais recursos para remunerar professores, mais recursos para melhorar a infraestrutura das escolas. Quando eu anuncio que estou chegando aos 33% mas estou assumindo responsabilidades que até então não tinha, posso nem estar melhorando a minha *performance*, posso estar piorando porque estou assumindo responsabilidades que até um minuto não eram minhas, portanto, estou comprometendo recurso público municipal com tarefas que o Governo do Estado e o Governo Federal tinham, seguida a lógica do Município, de se responsabilizar. Na medida em que o Governo do Estado tem um sistema de transporte para os seus alunos, você tem o mesmo transporte gratuito para Educação, o mesmo TAG que o Município tem, o Estado também tem, portanto, utiliza para onerar os 30% que gasta com a Educação. E nós estamos aliviando uma conta do Estado para um aluno que é dele, e ele não está assumindo responsabilidade em cima de alunos que são nossos. É importante atentarmos para isso porque quando olhamos para um Orçamento com tamanhas restrições, fazer uma cortesia ao Governo do Estado sem nenhuma reciprocidade, não pode só apresentar os 33% porque os 33% podem não ser, de fato, o investimento na rede pública em educação municipal, pois ainda tem 130 mil vagas de creche para atender, quer dizer, tem um conjunto de tarefas a ser realizada que não me permite utilizar recursos públicos municipais pra remunerar o sistema público de transporte, que dá gratuidade hoje a parte dos alunos da rede estadual e federal.

Essa é a questão objetiva para poder fazer o calculo, se não, acabo frustrando a população paulistana daquilo que é o esforço de arrecadação da própria Secretaria, quando eu

assumo responsabilidades que, em tese, não estão no meu campo direto de atuação.

Assim quero concluir a nossa audiência pública, agradecendo muito ao Alex, ao Fabiano, à equipe que acompanhou o Secretário, com a certeza de que conseguiremos até terça-feira da semana que vem, às 10h manhã, terminar. E essa é uma questão fundamental, o relator assumiu o compromisso com esta Comissão de, na terça-feira – já está marcado às 10h da manhã, neste Plenário, haverá o primeiro encontro para avaliação do texto do nosso relator, que nos trará as inovações. Portanto, é nele que todo debate que foi realizado começará a materializar as alterações.

O primeiro horário marcado é às 10h da manhã. O segundo, às 18h, porque vocês perceberam que uma série de respostas os Relatores ainda têm de buscar com o Executivo. Por isso, deixamos o horário das 10h da manhã como abertura dos nossos trabalhos, que pode não ter a aprovação do texto, mas deixamos também convocado 18h, da mesma terça-feira, para poder ter o tempo necessário de buscar respostas com o Executivo e com os Colegas Vereadores para compor o parecer do Relator Milton Leite, muito assistido pelo Vereador Jair Tatto, Relator do nosso Orçamento descentralizado das Subprefeituras, da (ininteligível) de subs e também do Vereador Ricardo Nunes, que ficou com a responsabilidade da parte previdenciária. Tem a palavra o nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Eu tinha a informação de que seria segunda-feira, às 14h, a reunião extraordinária da Comissão, mas V.Exa. está colocando que será na terça.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – O nosso Relator solicitou a segunda-feira inteira para debates com o Executivo para fechar a proposta. Por isso, alteramos de segunda-feira, 14h, para terça, 10h da manhã, porque teremos a oportunidade de usar este plenário para a reunião. Então, o nosso novo encontro, formal, da Comissão, portanto, reunião extraordinária, será realizado neste plenário na terça-feira, às 10h da manhã.

É assim que terminamos os nossos trabalhos. Muito obrigado a todos que nos acompanharam. Até terça, 10h da manhã.

Encerrados os nossos trabalhos.